



Oliveira do Bairro assembleia municipal

**ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM  
QUINZE DE NOVEMBRO DO ANO DE DOIS  
MIL E DEZANOVE. -----**

----- Aos quinze dias do mês de novembro, do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre da Câmara Municipal, realizou-se a Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **1 - INÍCIO DOS TRABALHOS** -----

----- **2 - EXPEDIENTE** -----

----- **3 - INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO** -----

----- **4 - ORDEM DO DIA** -----

----- **4.1 - Apreciação e votação da Proposta da Delimitação da Unidade de Execução para o Solo Urbanizável / Espaço de Atividades Económicas confinante com a Zona Industrial de Vila Verde (ZIVV) – Aprovação do Relatório de Ponderação da Discussão Pública e da Versão Final da Unidade de Execução;** -----

----- **4.2 - Apreciação e votação da Informação/Proposta n.º 103 – Mandato 2017/2021 – Lançamento de Derrama;** -----

----- **4.3 - Apreciação e votação da Informação/Proposta n.º 104 – Mandato 2017/2021 – Imposto Municipal de Imóveis – IMI;** -----

----- **4.4 - Apreciação e votação da Informação/Proposta n.º 105 – Mandato 2017/2021 – Participação de 4,25% no I.R.S.;** -----

----- **4.5 - Apreciação e votação da Informação/Proposta n.º 106 – Mandato 2017/2021 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem – T.M.D.P.;** -----

----- **4.6 - Apreciação e Análise da informação do Auditor Externo relativa ao 1.º**



Oliveira do Bairro assembleia municipal

semestre de 2019;-----

----- **4.7 - Apreciação e Votação da 2.<sup>a</sup> Revisão às Grandes Opções do Plano / 2.<sup>a</sup> Revisão ao Orçamento 2019;**-----

----- **4.8 - Apreciação e Votação de Proposta de adesão do Município de Oliveira do Bairro à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais;**-----

----- **4.9 - Apreciação e Votação do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança;**-----

----- Os trabalhos foram presididos por **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** e secretariados por **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** e **LUIS FILIPE FERREIRA DE CARVALHO**.

----- Para além do Vice-Presidente da Câmara, estiveram igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Executivo Municipal Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques Santos. -----

----- Eram vinte horas, quando foi declarada aberta a Sessão.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. Informou que se iria dar início aos Trabalhos da presente Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, por si convocada, nos termos do número 1 do artigo 28.º do anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro e da alínea a) do número 1 do artigo 23.º do Regimento da Assembleia Municipal, a ser realizada no salão nobre dos Paços do Concelho de Oliveira do Bairro. -----

----- Deu de seguida o uso da palavra à Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de que fossem verificadas as presenças dos Membros da Assembleia Municipal.

----- Efetuada que foi a chamada verificaram-se as ausências dos Membros Conceição Emília Roça de Vasconcelos Mota, Regina Maria da Silva Bicho Alves, Acílio Dias Vaz e Gala,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Patrícia Sofia de Louro Lemos e Cidalina Vieira Samagaio Matos. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou que os Membros da Assembleia acima identificados, solicitaram por escrito, a justificação da falta à presente Sessão da Assembleia Municipal, tendo as mesmas sido consideradas justificadas e a sua substituição pelos elementos seguintes da respetiva Lista, que se encontravam presentes, sendo convidados a participar nos Trabalhos da presente Sessão da Assembleia Municipal respetivamente Paulo Miguel Almeida Rato Neves Barata, Marco Alves, Diogo Azenhas Mota, João Manuel Oliveira Nunes Bastos e Marcos António Pereira Gala. -----

----- Deu nota que tinha sido informado pelo Presidente da Câmara que o Vereador do Executivo Rui Santos do Grupo Municipal do UPOB, iria ser substituído na presente Sessão da Assembleia Municipal pelo Vereador Carlos Ferreira. -----

----- No que respeita ao ponto **2 – EXPEDIENTE**, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, informou que, desde a última Sessão da Assembleia Municipal tinha chegado à Assembleia Municipal, correspondência vária, passando a dar nota da mesma de forma sucinta.

----- Comunicou que toda a correspondência estava arquivada e disponível, para a consulta ulterior dos interessados. -----

----- -De seguida procedeu-se à apreciação da Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 26 de abril de 2019, remetida a todos os Membros da Assembleia Municipal, tendo questionado se tinham algum reparo a fazer em relação à Ata em questão. -----

----- Não havendo considerações a fazer à referida ata a mesma foi colocada a votação. ---

----- Efetuada que foi a Votação, a **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, datada de 26 de abril de 2019, foi Aprovada por Unanimidade.** -----

----- Por não terem estado presentes na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 26 de abril de 2019 e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na votação os Membros da Assembleia, Arsélio Canas,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Marcos Gala, Marco Alves e o Presidente de Junta de Freguesia Victor Oliveira. -----

----- Seguidamente procedeu-se à apreciação da Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 24 de junho de 2019, remetida a todos os Membros da Assembleia Municipal, tendo questionado se tinham algum reparo a fazer em relação à Ata em questão. ----

----- Não havendo considerações a fazer à referida ata a mesma foi colocada a votação. --- -

----- Efetuada que foi a Votação, a **Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, datada de 24 de junho de 2019, foi Aprovada por Unanimidade.** -----

----- Por não terem estado presentes na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 24 de junho de 2019 e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na votação os Membros da Assembleia Arsélio Canas, José Carvalheira, Marco Alves, Marcos Gala e Diogo Mota. -----

----- Procedeu-se ainda à apreciação da Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2019, remetida a todos os Membros da Assembleia Municipal, tendo questionado se tinham algum reparo a fazer em relação à Ata em questão. ---- -----

----- Não havendo considerações a fazer à referida ata a mesma foi colocada a votação. ---

----- Efetuada que foi a Votação, a **Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal, datada de 28 de junho de 2019, foi Aprovada por Unanimidade** pelos Membros presentes. -

----- Por não terem estado presentes na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 28 de junho de 2019 e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na votação os Membros da Assembleia Marcos Gala, José Carvalheira, Diogo Mota, Marco Alves e os Presidentes de Junta de Freguesia Acílio Ferreira e Victor Oliveira. -----

----- Procedeu-se também à apreciação da Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de 28 de junho de 2019, remetida a todos os Membros da Assembleia Municipal, tendo questionado se tinham algum reparo a fazer em relação à Ata em questão. ---- -----



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

----- Não havendo considerações a fazer à referida ata a mesma foi colocada a votação. ---

-----Efetuada que foi a Votação, a **Ata da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, datada de 28 de junho de 2019, foi Aprovada por Unanimidade** pelos Membros presentes. -

----- Por não terem estado presentes na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 28 de junho de 2019 e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não participaram na votação os Membros da Assembleia Marcos Gala, José Carvalheira, Marco Alves e os Presidentes de Junta de Freguesia Acílio Ferreira e Victor Oliveira. -----

----- De imediato deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: **3 – INTERVENÇÃO ABERTA AO PÚBLICO**, tendo o senhor Presidente da Assembleia Municipal, informado que não tinha havido inscrições por parte do público, sendo concluído o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Foi dado início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos: **4 – ORDEM DO DIA**. -----

----- Seguidamente deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **4.1 - Apreciação e votação da Proposta da Delimitação da Unidade de Execução para o Solo Urbanizável / Espaço de Atividades Económicas confinante com a Zona Industrial de Vila Verde (ZIVV) – Aprovação do Relatório de Ponderação da Discussão Pública e da Versão Final da Unidade de Execução**, dando o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que fizesse a apresentação do ponto; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – solicitou autorização à Mesa para que fosse o Vice-Presidente da Câmara a fazer a apresentação do ponto, uma vez que tem sido este que tem acompanhado o assunto mais de perto. -----

----- Vice-Presidente da Câmara **JORGE FERREIRA PATO** – deu nota que desde que o atual Executivo tomou posse, foi pretensão o alargamento da zona industrial de Vila Verde, sendo o desenvolvimento económico e social do Concelho uma prioridade absoluta, sendo esta uma



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

das ações para o conseguir. -----

----- Esclareceu que a opção pela zona industrial de Vila Verde, tinha resultado de vários fatores, nomeadamente por terem já encontrado um trabalho avançado em termos de cadastro de terrenos que foi concluído, procedeu-se à elaboração da Unidade de Execução, a delimitação da zona a expandir e o respetivo desenho dos lotes, tendo ido posteriormente para Discussão Pública. Afirmou que o que era trazido a deliberação era o relatório de ponderação da Discussão Pública, relativa à Delimitação. -----

----- Relativamente à dimensão dos lotes de terrenos, disse que os mesmos eram pequenos, mas adequados às características essenciais do tecido empresarial de pequenas e médias empresas, contudo os lotes apresentados permitiam a agregação entre eles. -----

----- Informou que já tinha havido contactos informais com algumas empresas, que tinham manifestado eventual interesse em adquirir terrenos e nenhuma tinha manifestado desconforto relativamente à dimensão dos lotes. -----

----- Disse acreditar que seriam as PME a adquirir grande parte dos terrenos, contudo se grandes empresas também estiverem interessadas, a agregação dos lotes era uma possibilidade.

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendiam intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, que fizessem a sua inscrição, tendo sido dado o uso da palavra aos mesmos; -----

----- **PAULO MIGUEL ALMEIDA RATO NEVES BARATA** - disse que uma das paixões do Executivo era o equilíbrio das contas e o dinheiro em saldo de caixa, o que não considerava mau, mas na sua opinião deveriam concentrar-se em fazer do produto do Município único, diferente, excecional e apelativo. -----

----- Afirmou que todos sabiam que a localização geográfica do Concelho de Oliveira do Bairro era um privilégio e benefício, questionando o que tem sido feito para tirar a devida rentabilidade a esse produto, quais os objetivos existentes a médio e a longo prazo e que tipo de



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

empresas se pretendia atrair para o Concelho e o que iria diferenciar dos Concelhos vizinhos.--

----- Recordou que o arrojo e o empreendedorismo na edificação da cerâmica Rocha se assistiu à afixação da população e à atração de novas pessoas para o Concelho, tendo sido o arrojo e a determinação que fez com que o Concelho crescesse e se tornasse uma referência ao nível da indústria do grés Nacional.-----

----- Mais tarde, com a abertura económica do País e com o regresso de muitos emigrantes que se encontravam nas ex-colónias portuguesas, sentiu-se um novo impulso e a política associada ao empreendedorismo permitiu que o Concelho estivesse no pulsar do dinamismo, com um crescimento económico, ao longo de uma década, muita acima dos Concelhos vizinhos.

----- Questionou o que era pretendido pelo Executivo para o Município.-----

----- Afirmou que o documento que se estava a analisar era fruto de uma década de falta de visão estratégica e de dois anos amorfos, sem ideias ou rumos porque não se sabia para onde se ia nem o que fazer para lá chegar. Acrescentou que a aposta exclusivamente em lotes pequenos, além de obrigar a um esforço financeiro para a sua infraestruturização iria atrair exclusivamente micros e pequenas empresas.-----

----- Referiu que numa perspetiva de negócio e em defesa da necessidade de lotes maiores, veio o Vice-Presidente esclarecer que havia a possibilidade de unificar lotes se houvesse essa necessidade, podendo ser verdade parecia-lhe que os empresários podiam esperar, ou não, por essa unificação, correndo sérios riscos de ainda ter que se esperar que por sorte hajam lotes contíguos para a realização dessa unificação.-----

----- Disse que na sua opinião se estava a andar ao contrário, porque acreditava que fosse mais fácil reduzir a dimensão de um lote, ou então que tivesse sido salvaguardado à priori de um ou dois lotes de dimensão superior, para implementação de empresas âncora, de média dimensão que se quisessem instalar em Vila Verde.-----

----- Chamou também à atenção para a criação e mais um equipamento coletivo, quando



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

ainda não se tinha conseguido dar rentabilidade ao já existente.-----

----- Afirmou que olhando para o documento e com a real perspetiva do aumento de tráfego ligeiro e pesado, e com a maior circulação de pessoas, não se compreendia que permanecessem os mesmos acessos à zona industrial e Vila Verde, existentes há décadas. Acrescentou que o acesso à zona industrial de Vila Verde pelo lado nascente, já atualmente se caracterizava pelo elevado tráfego de pesados o que condicionava o fluxo normal de trânsito. -----

----- Disse que assim, se iria ficar com uma zona industrial importante para o desenvolvimento do Concelho, com as dimensões possíveis, mas condicionada a lotes que não atraem empresas âncora que fixam populações e famílias criando novas dinâmicas de desenvolvimento social e económico. -----

----- Deu nota que o Grupo Municipal do UPOB desejava que aquando do projeto de loteamento do espaço, pudessem ser equacionadas melhorias nas acessibilidades, mas integrando também a resolução dos problemas na circulação e na segurança de pessoas e bens, bem como nas habitações dos munícipes residentes ao longo da EM 596. -----

----- Disse não ter vislumbrado medidas estratégicas que auxiliem a captação de empresas ou empresários. -----

----- Afirmou que a localização por si só não bastava, porque a realidade era que todos os Concelhos do País lutavam por captar o melhor investimento, esgrimindo as suas vantagens competitivas, questionando o que tinha Oliveira do Bairro para oferecer que o distinguisse positivamente junto do investidor. -----

----- Disse que tinha sérias dúvidas que estar no coração da bairrada, atingisse por si só o desiderato de desenvolvimento tão necessário e que tardava a emergir nas terras de “barrios”.-

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – disse que, em tempos as zonas industriais em Oliveira do Bairro, tinham sido responsáveis pela atração e fixação e pelo desenvolvimento e crescimento económico e social do Município.-----





**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

----- Recordou que durante os Executivos do PSD, liderados pelo Presidente Mário João Oliveira e com o propósito de, por um lado dar a continuidade ao modelo de desenvolvimento e crescimento económico e social e por outro lado, promover o empreendedorismo, uma industrialização mais qualificada e promover a deslocalização de algumas empresas presentes nos aglomerados residenciais e promover a captação de novos investimentos, o PSD tinha entendimento que era necessário expandir as zonas industriais e para esse efeito era condição obrigatória a revisão do anterior PDM, o que veio a acontecer.-----

----- Referiu que fruto das suas localizações estratégicas, a zona industrial de Oiã pela proximidade do nó da A1, a zona industrial da Palhaça pela proximidade da A17 e a zona industrial de Vila Verde pela proximidade ao traçado da A1 e pela importância da criação de mais um nó à A1, naquela zona, estariam as três zonas industriais em condições de se iniciar as suas ampliações, assunto que todos na Assembleia estavam de acordo e tinham noção da sua importância para o Concelho.-----

----- Endereçou os parabéns ao Presidente da Câmara pelo empenho demonstrado na visão de ampliação das zonas industriais e por em simultâneo ter anunciado um investimento significativo para valorizar também a zona industrial de Bustos.-----

----- Relativamente ao assunto em discussão disse que teria que ser muito bem escrutinado, porque se estava a falar num investimento municipal avultado, utilizando recursos financeiros escassos e limitados.-----

----- Questionou quais as razões por se ter iniciado as expansões das zonas industriais, pela zona industrial de Vila Verde, nomeadamente a poente e a norte da A1, não sabendo se teriam equacionado a expansão a poente e a sul, como também a nascente e a norte o que iria permitir que o projeto de expansão fosse muito maior.-----

----- Referiu que na documentação enviada, podia-se verificar que o projeto iria contemplar quarenta e uma parcelas, maioritariamente de dimensão reduzida, com afastamentos mínimos



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

de seis metros em todos os limites do lote, previa mil novecentos e setenta e dois lugares de estacionamento para ligeiros, duzentos e noventa e quatro lugares de estacionamento para pesados, o que distribuído pelos lotes dava quarenta e oito lugares de estacionamento por lote e sete lugares de estacionamento para pesados, previa ainda arruamentos de um único sentido, previa também um mini Espaço Inovação, que na sua opinião o projeto não estava bem conseguido.-----

----- Afirmou que a intenção de ampliar a zona industrial de Vila Verde, conforme o projeto apresentado era muito discutível, questionando se o projeto era atrativo ao ponto de se conseguir atrair projetos de interesse municipal, regional ou nacional, com empresas de grande dimensão, de atrair empreendedores das universidades de Aveiro ou Coimbra. -----

----- Questionou também se com a ampliação apresentada, o Município conseguiria reforçar os argumentos para a realização do novo nó à A1 e se era mesmo necessária a construção de mais um equipamento do género do Espaço Inovação já existente.-----

----- Mais questionou se a dotação dos lugares de estacionamento apresentada, era mesmo necessária e se iria ser mantido o afastamento de seis metros entre lotes e os arruamentos de sentido único. -----

----- Disse que era fundamental que se tivesse visão, uma ideia clara e um caminho definido, evidente, consensual, com impacto e dimensão. Afirmou que a proposta apresentada não tinha visão, era pouco clara, sem consenso, sem impacto e dimensão, mas sobretudo pouco atrativo e competitivo se comparado com as zonas industriais dos municípios vizinhos. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – questionou o Presidente da Câmara, se quando tinha iniciado o mandato, tinha algum projeto de ordenamento de alguma zona industrial, porque na sua opinião, era fulcral para o decorrer da discussão. -----

----- Reportando-se à intervenção do Membro Carlos Ferreira que falou de investimentos de interesse municipal e regional, que devem ser tidos em conta de forma a salvaguardar o



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

desenvolvimento do Concelho, contudo recordou que para a zona industrial de Bustos em dezembro do ano de 2013, tinha sido apresentado em Assembleia, relativamente à declaração do interesse municipal, um projeto de investimento para instalação de uma empresa naquele local, que previa a ocupação de uma área de três hectares e, na altura, todos acharam que seria uma mais valia para o desenvolvimento do Concelho e da Freguesia, nomeadamente o atual Presidente da Câmara, na altura Presidente da Junta de Freguesia de Bustos, onde referiu inclusivamente que seria necessária a ampliação da zona industrial, mas atualmente a empresa encontra-se em liquidação. Acrescentou que a questão das grandes áreas nas zonas industriais começava a estar em causa no ano de 2013.-----

----- Recordou ainda que numa reunião de Assembleia de abril de 2013, interveio relativamente às zonas industriais, e disse que tinha procurado saber junto atual Executivo sobre o investimento efetuado nas zonas industriais e a promoção de novas empresas, porque o facto de se ter um polo de incubadora de empresas não chegava e ter uma escola Industrial da Bairrada iria profissionalmente para a prática e promover uma melhor produção não era suficiente. Mais disse que se verificar as áreas de atividade do Município, para a indústria e energia tinham sido gastos cento e cinquenta mil euros, acerca de ampliação e zonas industriais no ano de 2012, no Executivo do PSD, “bola”.-----

----- Nessa mesma reunião recordou ter dito também que estava preocupado pelo facto de o Concelho que o PPD/PSD ia deixar, era um Concelho que ia estar apenas a pagar contas e que quando houvesse necessidade de investir na economia, nas Zonas Industriais, na promoção das empresas e na economia local, não haveria dinheiro disponível, ou seja, o Concelho iria ter os melhores alunos do País, mas não haveria onde os empregar.-----

----- Reportando-se à reunião de abril do ano de 2014 disse que tinha referido que quando a realidade evidenciava a redução do investimento nas zonas industriais que favorecia a criação de emprego, estava a ser feito investimento na criação de equipamentos, como os polos escolares, obras que não só não libertavam recursos, mas continuavam a consumi-los pelas



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

necessidades da sua conservação, manutenção e funcionamento. Acrescentou que atualmente se estava a sofrer o que tinha referido com o aumento de despesas correntes. -----

----- Referiu que na primeira revisão ao Orçamento de 2014, relativamente à construção da zona industrial da Palhaça, constava um valor de duzentos e vinte e cinco mil euros, tendo passado depois, ao valor de vinte e cinco mil euros, questionando o Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça se no ano de 2014 tinha sido feito alguma coisa na zona industrial da Palhaça. -----

----- Recordou ainda que numa das suas intervenções em 2014 referiu que, desde há nove anos eram bandeiras eleitorais as requalificações das zonas industriais. -----

----- Reportando-se à revisão do PDM, disse que era a grande justificação do anterior Executivo para o não investimento nas zonas industriais, contudo no ano de 2015 foi aprovada a revisão ao PDM e nos dois anos seguintes nada tinha feito, no que diz respeito à ampliação das zonas industriais. -----

----- Disse que “achava uma lata” por parte do PSD, virem falar das zonas industriais e da opção do atual Executivo na forma em como pretende desenvolver as mesmas. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Vice-Presidente de forma a responder às questões formuladas; -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – reportando-se à intervenção do Membro Paulo Barata, disse que já tinha esclarecido sobre a dimensão dos lotes reforçando que era a dimensão mais adequada para o tecido empresarial característico da região, mas também permitia agregações de lotes se assim fosse necessário. Sobre o facto de o equipamento poder ser uma creche, disse que poderia ser muitas outras coisas, apenas tinha sido um exemplo. -----

----- No que diz respeito às acessibilidades, recordou que a EM 596 iria ser requalificada e se continuava a lutar pelo nó de acesso à A1, que iria valorizar a zona industrial em questão. ---



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

----- Sobre a intervenção do Grupo Municipal do PSD, disse calcular que os Membros da Assembleia da referida Bancada, não sabiam de muito o que se passava no Executivo do PSD, nos três últimos mandatos, contudo agora que estavam na oposição deveriam ter ouvido aquilo que disse na sua intervenção de introdução do ponto. Reiterou que uma das razões pela opção na zona industrial de Vila Verde, era o facto de ter sido naquela que encontraram trabalho feito, e como havia pressa em permitir que houvesse terrenos disponíveis para venda, foi então decidido começar pela zona industrial de Vila Verde. -----

----- Deu nota que no ano de 2016, o Executivo à data, tinha tido uma candidatura para apoio às zonas industriais, foi realizado um trabalho semelhante, contudo a candidatura não foi aceite porque o Município não tinha terrenos próprios. Acrescentou que o projeto anterior, executado pelo PSD, curiosamente tinha exatamente quarenta e um lotes, o mesmo número de lotes do projeto atual. -----

----- No que diz respeito à referência à dimensão reduzida de alguns lotes, disse que o projeto anterior tinha maior quantidade de lotes com dimensão reduzida. -----

----- Questionou como é que era possível alguém questionar porque motivo o Executivo tinha escolhido a zona industrial de Vila Verde, quando o Executivo anterior tinha deixado um trabalho iniciado, com insucesso em Vila Verde e por isso não entendia o tipo de postura de fazer tábua rasa do passado e de asneiradas e depois acharem que eram donos da sabedoria e da verdade.

----- Quanto às questões de dimensionamento de estradas, passeios referiu que constava das regras do PDM que tinham que ser cumpridas. -----

----- Sugeriu que antes de colocarem as questões que se informassem antes. -----

----- Foi questionado aos Membros da Assembleia se pretendiam usar da palavra para uma segunda ronda de intervenções, tendo sido dado o uso da palavra aos mesmos; -----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – disse que não era preciso serem conhecedores a fundo do PDM, para saber que as regras definidas para as zonas industriais



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

tinham regimes que permitiam que os afastamentos fossem apenas de três metros, não sendo por isso necessários os seis metros apresentados. Acrescentou que o tipo de lotes, pela sua dimensão iria atrair comércio e serviços e não indústria, e na sua visão os três metros de afastamento eram suficientes.-----

----- No que diz respeito à inclusão dos equipamentos coletivos, disse que bastava uma justificação por parte do Executivo a dizer o porquê da não inclusão do equipamento pelo facto da proximidade ao Espaço Inovação, concluindo que tinha sido uma opção política a construção do equipamento.-----

----- Quanto ao arruamento com sentido único, esclareceu que não estava escrito em parâmetros nenhuns do PDM, também sendo uma opção política do Executivo. -----

----- Relativamente aos lugares de estacionamento, questionou se era necessário um lugar para cada setenta e cinco metros quadrados para indústria e se não poderia haver alteração a esse parâmetro do PDM, porque lhe parecia que não era obrigatório. -----

----- Sobre o que tinha sido referido relativamente ao passado pelo Membro André Chambel disse que afinal havia algum trabalho feito, conforme foi referido pelo Vice-Presidente, mas também foi dito pelo Membro André Chambel que o PSD não tinha feito nada nas zonas industriais e não tinha gasto um cêntimo nos doze anos que esteve à frente dos domínios do Município. -----

----- Recordou que na zona industrial de Oiã quer a nascente, quer a poente foi feita uma requalificação pelo executivo do PSD, tendo sido gasto só numa empreitada meio milhão de euros na requalificação, sobre a zona industrial da Palhaça questionou o Presidente da Junta de Freguesia se concordava com o facto de ter sido dito que em doze anos não tinha havido investimento. -----

----- Acrescentou que não se pode é querer tudo, um investimento na Educação com fundos comunitários, como nenhum outro município das proximidades fez e ainda crescer o



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

investimento da ampliação das zonas industriais. Afirmou que tecnicamente era impossível fazer investimentos em simultâneo na Educação com a dimensão do que se tinha feito e aproveitando os Fundos Comunitários e também um investimento de grande dimensão nas zonas industriais.

----- **ANNELISE DE JESUS GUIMARÃES** – referiu que a sua vida profissional era passada na indústria, sendo que nos últimos dez anos tem estado ligada à exportação. Afirmou ter visto muitas zonas industriais tanto em Portugal como no estrangeiro e como era do conhecimento de todos, tanto a nível local quer nacional o motor de um País era a indústria.-----

----- Deu nota que quando viu o projeto da pretensa zona industrial de Vila Verde, tinha pensado que lhe poderiam dar outro nome, porque de zona industrial não tinha nada, talvez uma zona comercial, já faria mais sentido. -----

----- Referiu que havia no projeto um lote com dez mil metros, o maior, mas a última empresa onde tinha trabalhado tinha doze mil metros de área coberta, dando-lhe ideia que algumas pessoas não tinham a noção das dimensões. -----

----- Afirmou que, ou um empreendedor adquiria todos os lotes e instalava uma indústria como deve ser, ou então aqueles lotes só serviriam para comércio, chamando a zona industrial dos pequeninos. -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – disse que independentemente do exercício que o Grupo Municipal do CDS tinha feito, era óbvio para todos que tinha sido um erro enorme não se ter investido nas zonas industriais, tendo sido um erro estratégico grande porque o País nos últimos tempos tinha sofrido um “boom” e o Concelho de Oliveira do Bairro não tinha aproveitado nada. -----

----- Deu nota que houve empresas que se tinham instalado nas zonas industriais dos Concelhos vizinhos, porque o Concelho de Oliveira do Bairro não tinha espaço para a instalação das mesmas. -----

----- Afirmou que era inegável, ser arriscada a opção que se estava a seguir de criação de



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

pequenos lotes, porque todos tinham conhecimento de empresas que tiveram que sair do Concelho porque não tinham por onde crescer, tendo-se instalado nos Concelhos vizinhos. ----

----- Quanto à possibilidade de agregação de lotes referida, disse que também lhe parecia que o contrário poderia ser feito e se calhar de forma mais fácil e o próprio investimento para o município em infraestruturas, seria menor.-----

----- Afirmou que as empresas grandes tinham um efeito âncora nos locais onde estão instaladas.-----

----- Alertou que no momento da venda dos lotes não se criasse uma grande fragmentação de forma a poder unificar lotes se assim for necessário.-----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – disse que pretendia cumprimentar o Presidente da Assembleia, pela latitude interpretativa regimental, que tinha dado ao líder de Bancada do CDS, porque o mesmo tinha estado a falar sobre as Grandes Opções do Plano dos mandatos anteriores do PSD, achando positiva essa latitude que tinha dado, tendo assim permitido o debate e o enriquecimento da discussão das ideias.-----

----- Relativamente à intervenção do Líder de Bancada André Chambel, disse ter achado a mesma extraordinária, porque tinha afirmado várias coisas muito relevantes, inclusive ficou a saber que o motivo de o CDS não ter feito praticamente nada era por culpa do PSD, porque quando o CDS ganhou o PSD deveria ter deixado nas gavetas do Presidente do Executivo, todos os projetos relevantes de grande dimensão, para o CDS os poder implementar.-----

----- Disse também ter percebido a grande visão estratégica do atual Executivo, pois investiu na zona industrial de Vila Verde, precisamente porque tinha sido onde o PSD tinha deixado qualquer coisa bem-feita.-----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – esclareceu que o trabalho realizado pelo PSD tinha sido ao nível de PDM.-----

----- Recordou que sempre que se falava nas Grandes Opções do Plano e no não





**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

cumprimento das mesmas no Relatório de Gestão, o investimento nas zonas industriais não existia e a justificação do então Presidente de Câmara Mário João Oliveira, era que, o PDM não permitia e por isso não se podia investir. Recordou ainda, que quando o E'Leccerc se tinha instalado no Concelho, não existia ainda zona industrial e teve que se fazer um plano de pormenor e até para a sua ampliação foi feito outro plano de pormenor, ou seja, cada vez que uma empresa pretendesse investir no Concelho, havia soluções.-----

----- Afirmou ainda que apesar de estar a ser planeado pelo Executivo e pelos técnicos municipais, em sede de revisão do PDM, não se tinha investido nada, nem se tinha ido à procura de aquisição e terrenos, para que quando a ampliação dessas zonas industriais fosse possível, se avançasse rapidamente para a elaboração dos planos das zonas industriais.-----

----- Dirigindo-se à Bancada do PSD disse que não tinham legitimidade para colocarem em causa a opção do atual Executivo, relativamente à forma como pretende implementar as suas zonas industriais, porque o PSD nunca tinha feito nada nesse sentido. -----

----- Relativamente à questão do Membro Carlos Ferreira ao Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça, sobre os investimentos feitos na zona industrial da Palhaça, recordou que o Presidente da Junta em 2016, já o novo PDM estava em vigor, numa Assembleia Municipal disse que infelizmente algumas indústrias tinham ido para a zona industrial do Fontão, devido à proximidade da A17 e à necessidade de construir e o PDM de Oliveira do Bairro, na altura ainda não permitia o alargamento da zona industrial, esperando que o alargamento da zona industrial da Palhaça fosse uma realidade. Afirmou que as indústrias que tinham ido para o Fontão poderiam ter ficado no Concelho através do Plano de Pormenor, se essa fosse a vontade do Executivo do PSD.-----

----- Quanto à dimensão dos lotes, disse que era uma questão de boa gestão, porque a candidatura do projeto de alargamento da zona industrial de Vila Verde, previa uma série de lotes e previa também um apoio e cofinanciamento na infraestruturização dos mesmos. Deu o exemplo que se for feito um lote grande, era uma infraestruturização, mas se foram feitos três lotes na mesma



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

área já eram três infraestruturas cofinanciadas em 85%, se se tiver um grande lote, mas não houver uma grande indústria para se instalar, o lote pode ser dividido, mas as infraestruturas ficariam a cargo do Município e foi essa a opção do atual Executivo. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara, para prestar os esclarecimentos suscitados; -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – dirigindo-se à Bancada do PSD disse que não entendia como é que não tinham começado por pensar que o Executivo anterior, tinham feito algo semelhante ao que estava a ser agora apresentado, e que deveria haver uma razão para isso, contudo não se tinham preocupado em questionar sendo mais fácil dizer mal do que estava. -----

----- Relativamente à questão dos afastamentos, referiu que o PDM previa os seis metros para instalações industriais e os estacionamento também tinha a ver com o PDM, o arruamento de sentido único e o equipamento eram opções políticas. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra para solicitar esclarecimentos pelo Membro Acácio Oliveira, tendo-lhe sido dado; -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – disse que se atualmente se achava que a dimensão dos lotes era pequena e que apenas dava para médias empresas, questionou se no futuro através da aquisição de mais terrenos, poderia haver projetos para o que era tão desejado no Concelho, que era a instalação de grandes empresas. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara, para prestar os esclarecimentos suscitados; -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – quanto à questão do Membro Acácio Oliveira disse que o mesmo não tinha ouvido a sua intervenção inicial, porque tinha referido que os lotes eram pequenos, mas permitiam a agregação entre eles e que já tinha tido reuniões com alguns empresários que não demonstraram desconforto no projeto proposto



Oliveira do Bairro assembleia municipal

porque permitia a agregação de lotes. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – quanto à questão que lhe tinha sido colocada sobre a latitude interpretativa, disse que cada um abordava o assunto da forma que entendia.-----

----- Terminada a discussão do ponto foi colocado o mesmo à votação. -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto da Ordem de Trabalhos **4.1 - Apreciação e votação da Proposta da Delimitação da Unidade de Execução para o Solo Urbanizável / Espaço de Atividades Económicas confinante com a Zona Industrial de Vila Verde (ZIVV) – Aprovação do Relatório de Ponderação da Discussão Pública e da Versão Final da Unidade de Execução, foi Aprovado por Maioria com 18 Votos a Favor e 7 Abstenções.---**

----- Abstenções dos Membros do Grupo Municipal do PSD Nuno Barata, Arsélio Canas, Carlos Ferreira, Carlos Santos, Annelise Guimarães, Lília Tavares e Maria Conceição Maia. ----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **4.2 - Apreciação e votação da Informação/Proposta n.º 103 – Mandato 2017/2021 – Lançamento de Derrama,** tendo sido dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para a apresentação do ponto; ----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – referiu que o presente ponto se tratava de uma manutenção daquilo que tem sido feito nos últimos dois anos.-----

----- Deu nota que a Derrama era algo que oscilava em função dos rendimentos e dos resultados das empresas.-----

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir no presente ponto que fizessem a sua inscrição, tendo-lhes sido dado o uso;-----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – afirmou que o delineamento de uma estratégia ou de um plano de desenvolvimento económico e para captação e investimento atual,



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

visionário, audaz e rigoroso para o Concelho era e seria um dos principais desígnios, até mesmo uma das principais bandeiras do Movimento Cívico UPOB, desde a primeira hora.-----

----- Disse que entendem e defendem, para o crucial sucesso do futuro, como Município, a questão do desenvolvimento económico, ou seja, da atração de investimento e de investidores, tendo por certo que também esse era o grande pensamento dos presentes.-----

----- Disse ainda que não concebia que Oliveira do Bairro, rodeado por Concelhos dinâmicos, ao nível da captação de investimento, consiga com uma política de déficit ou escassez de oferta de lotes industriais e na ausência de uma estratégia de fixação das taxas municipais, que o pudessem diferenciar positivamente.-----

----- Afirmou que, para que tal fosse possível, seria necessário que existisse por parte do atual Executivo um plano estratégico orientador, que definisse um rumo a longo prazo, podendo contar como o Movimento Cívico UPOB para essa discussão, porque na sua opinião, sem esse plano estratégico, Oliveira do Bairro iria continuar a um nível enfadonho, arrastando-se lado a lado com os mais lentos, na corrida da captação de novo investimento.-----

----- Referiu que paradoxalmente, mas sempre por outro lado, com a preocupação permanente, que os oliveirenses se distraiam alegremente de festa em festa, até ao momento em que a escassez, ou a falta de geração de riqueza no Concelho, torne impossível, que até essas se possam realizar.-----

----- Transmitiu que o Grupo Cívico UPOB entendia que, à falta de uma estratégia clara e rigorosa de captação de investimento, por parte do atual Executivo que pelo menos se desse um sinal aos investidores através da redução da Taxa de Derrama, colocando-a por exemplo ao nível do Concelho vizinho de Anadia de 0,5% para a taxa normal e isentando as empresas com menor lucro tributável.-----

----- Questionou se não seria essas opções maior proximidade com os investidores.-----

----- Disse que imaginava já a resposta do Presidente da Câmara, podendo mesmo catalogar



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

os Membros do UPOB de irresponsáveis, querendo por isso transmitir que poderiam acomodar o impacto de uma hipotética redução dessa natureza, diminuindo-se a despesa com atos festivos, um dos domínios onde o Município de Oliveira do Bairro apresenta grande dinamismo, quase a roçar a liderança.-----

----- Afirma que deveria ser feito diferente e deixava para reflexão o que o Município de Aveiro estava a fazer com a repescagem da Agro Vouga e comparem com a proposta eleitoral do UPOB para a Expo Bairrada, porque as semelhanças não eram certamente coincidência. ---

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – deu nota que iria fazer uma análise em conjunto, da estratégia política sobre impostos municipais que o atual Executivo pretendia implementar para o próximo ano.-----

----- Referiu que entendia que poderiam ter ido mais longe e terem sido mais ambiciosos e arrojados, com a tal dita visão estratégica.-----

----- Disse que as receitas dos impostos diretos municipais e uma parte das transferências do Estado eram, em regra, as receitas dos Municípios de maior relevo nos orçamentos e eram o reflexo de uma carga fiscal a que os cidadãos estavam sujeitos.-----

----- Referiu que as previsões das receitas referidas, para o presente ano eram no valor de onze ponto seis milhões de euros e estavam em linha com a execução orçamental e se recordarem que no ano de 2017, as mesmas receitas se tinham fixado em onze milhões de euros, concluía-se que apesar das sucessivas reduções das taxas, as receitas têm aumentado de forma considerável, prevendo-se que para o ano de 2020 as receitas aumentem zero virgula dois milhões de euros, fixando-se em mais de onze ponto oito milhões de euros.-----

----- Afirmou que era expectável que o Presidente da Câmara, apresentasse propostas que acolhessem a visão estratégica do PSD, sobre a política de impostos municipais para o Município que tinham sido apresentadas no ano anterior, contudo disse que era com bastante agrado, que assistiam ao acolhimento por parte do Presidente da Câmara da proposta de redução da



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

participação do IRS para 4,25%, apresentado no ano anterior pelo PSD e pelo UPOB, que curiosamente foi chumbada com o voto de qualidade do Presidente da Assembleia Municipal. -

----- Recordou que também tinham sido apresentadas outras propostas, que o Presidente da Câmara tinha ficado de analisar. -----

----- Afirmou que o PSD defendia que a estratégia política sobre impostos municipais teria que conter obrigatoriamente uma redução de 20% de Taxa de IMI, a prédios arrendados para habitação, uma redução de 30% da Taxa de IMI aplicável a prédios de associações que não têm estatuto de utilidade pública e que não usufruem da isenção, uma redução de 20 % da Taxa de IMI e por cinco anos para prédios com eficiência energética, isentar o IMI de prédios objetos de ações de reabilitação por um período de cinco anos, isentar o imposto de IMT sobre aquisições de prédios urbanos, destinados exclusivamente à habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, isentar a Derrama do pequeno comércio tradicional, incluindo restaurantes, estabelecimentos de bebidas, farmácias, cujo volume de negócio, no ano anterior não ultrapasse os cento e cinquenta mil euros, isentar da Derrama por um período de três anos, para as empresas que queiram instalar a sua sede social no Município e que criem e mantenham no período de isenção no mínimo cinco postos de trabalho. -----

----- Afirmou ainda que todos os anos teria que ser apresentado o impacto dos benefícios fiscais, em Assembleia Municipal para que pudessem ser analisados e fiscalizados os benefícios fiscais dados. -----

----- Referiu que para o PSD a política fiscal municipal era vista como uma ferramenta determinante numa estratégia de crescimento, de desenvolvimento e de atratividade do Município, atraindo e fixando jovens, jovens casais, famílias, empresas, potenciando a criação e mais postos de trabalho, ajudando as associações, promovendo o combate às alterações climáticas, premiando a reabilitação urbana, potenciando o mercado de arrendamento. -----

----- Disse estar convicto que o Presidente da Câmara tenha analisado e refletidos sobre as



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

propostas, para finalmente chegar à conclusão do que estava a ser apresentado nesta Assembleia, que foi o caminho que dava menos trabalho, tendo baixado a Taxa da participação no IRS, quanto ao resto que dava trabalho e obrigava a estudo, tinha decidido deixar tudo na mesma. -----

----- **ANDRÉ CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – disse entender a perspetiva do Grupo Municipal do UPOB, relativamente à estratégia de captação de investimento, no entanto se pensarem que a opção para a captação e investimento era através da Derrama, poderia ser feito, mas onde é que se colocava as empresas que atrairiam através da Derrama. -----

----- Reportando-se à intervenção do Membro Carlos Ferreira disse ter gostado da estratégia, tendo sido apresentadas várias opções para benefícios fiscais e qualquer coisa que o Presidente da Câmara faça nos próximos anos, a ideia partiu do Membro Carlos Ferreira. -----

----- Afirmou que estranhava, que se estava na situação em que se estava, apesar da política fiscal dos Executivos anteriores, recordando que várias vezes o CDS, na sua pessoa, tinha vindo solicitar que fosse dado um sinal às empresas e aos contribuintes principalmente e o anterior Executivo respondia que a medida valia um café por ano. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que respondesse às questões que foram levantadas; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – afirmou que durante anos se tinha assistido à não redução de impostos, tendo sido opções políticas e de gestão. - -----

----- Deu nota que existiam muitos benefícios que podiam ser dados e na altura devida quando eram propostos eram dados eram reconhecidos, esperando que venham muitas empresas fazer esse pedido, que certamente lhes será dado. -----

----- Reportando-se à intervenção do Membro José Carvalheira disse que não se deveria comparar realidades, com outros Municípios, porque no Município de Oliveira do Bairro a Taxa



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

da Derrama para as grandes empresas é a menor tendo sido opção, assim como também, recordou que tinha solicitado enquanto Membro da Assembleia a redução da Taxa da Derrama para as pequenas empresas. -----

----- Afirmou que bastava que as empresas que estivessem localizadas no Município e tenham no mesmo a sua força de trabalho que esse imposto era do Município de Oliveira do Bairro. -- -----

----- Referiu que a visão, independentemente de estar ou não construído, ter ou não zonas industriais, contudo existia um PSD que não permitia os grandes crescimentos que todos desejavam de forma a instalar uma empresa de grandes dimensões, porque o PDM permite ampliações de zonas industriais de apenas vinte hectares, que é o espaço livre existente de terrenos para adquirir e essas limitações tinham sido referidas aquando da discussão do PDM.

----- Disse que tinha que se fazer opções e quantificar as mesmas e o UPOB nunca lhe tinha referido qual o valor que seria necessário investir numa feira tipo Agro Vouga, ou provavelmente não o faria com gastos de dinheiro, contudo já tinha sido reconhecida a volta que o Município estava a dar na promoção das suas empresas. -----

----- Concretamente sobre a Derrama disse que era uma estratégia que estava a ser delineada, recordando que tinha sido também um dos motivos para que algumas empresas se instalassem nos Concelhos vizinhos porque a Taxa da Derrama era bem mais elevado do que é na atualidade. -----

----- Foi dado o uso da palavra aos Membros da Assembleia que pretendessem fazer uma segunda ronda de intervenções; -----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – referiu que certamente as visões não eram comparáveis porque cada um teria as suas, contudo uma feira alicerçada no setor agrícola que tinha sido o que tinha dado a entender na sua intervenção, de forma a promover a produção local, dando o exemplo da kiwicultura onde o Concelho tem liderança e destaque nacional, os hortícolas





**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

em que a nossa região tem solos e clima incomparáveis podendo mesmo ser os fornecedores de hortícolas do norte da Europa e a forma como esses produtos iriam ser promovidos na próxima Edição da Agro Vouga, diferia da feira festival que se tem promovido e onde eram gastos mais de duzentos mil euros, com retorno duvidoso para as empresas, mas certamente tinha um retorno importantíssimo para os grupos musicais que marcam presença no evento da Expo Bairrada. --

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – querendo esclarecer o Membro André Chambel disse que todas as propostas que tinha apresentado não eram pessoais, mas sim do Grupo Municipal do PSD e no que respeita à redução da taxa tinha sido do Grupo Municipal do UPOB e subscrita pelo PSD.-----

----- Sobre a Derrama disse que o Presidente da Câmara deveria pensar sobre o que iria dizer que era, após haver lotes disponíveis para venda na zona industrial, a questão da isenção da Derrama era também uma forma de atrair, com as condições de a sede ser no Concelho e criarem pelo menos cinco postos de trabalho. -----

----- Quanto à isenção do volume de negócios para o comércio tradicional, disse que existia uma elevada rotação do pequeno comércio e a questão da isenção da Derrama, reconhecendo que da proposta do Presidente da Câmara existia uma redução da taxa da Derrama, contudo a proposta do PSD era isentar e deveria ser avaliado o impacto.-----

----- Foi dado novamente o uso da palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que tinha ficado esclarecido pela intervenção do Membro José Carvalheira, porque afinal não conseguia quantificar quanto é que gastaria num evento diferente, deixando o desafio para que o faça. -- -----

----- Quanto às outras questões disse que era impossível neste momento para o Município ter acesso a quais as empresas ou entidade que fazem pagamento da Derrama, porque o



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Município não pode ter acesso a essa informação.-----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro da Assembleia José Carvalheira para esclarecimento;-----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – disse que gostaria que o Presidente de Câmara o esclarecesse se não tinha entendido que, quando tinha referido o valor de duzentos mil euros, se referia que seria possível fazer uma feira de atividades agrícolas de dimensão Regional, comparável a Nacional com uma verba de duzentos mil euros.-----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para responder à questão apresentada se assim o entendesse;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse que assim já tinha percebido a opção do UPOB que era extinguir a Expo Bairrada e transformá-la numa Agro Vouga.-----

----- Terminada a discussão do ponto foi colocado o mesmo à votação.-----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto da Ordem de Trabalhos **4.2 - Apreciação e votação da Informação/Proposta n.º 103 – Mandato 2017/2021 – Lançamento de Derrama, foi Aprovado por Maioria com 20 Votos a Favor e 5 Abstenções.**-----

----- Abstenções dos Membros do Grupo Municipal do UPOB Armando Humberto, José Carvalheira, Diogo Mota, Paulo Barata e Acácio Oliveira.-----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **4.3 - Apreciação e votação da Informação/Proposta n.º 104 – Mandato 2017/2021 – Imposto Municipal de Imóveis – IMI**, tendo sido dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação do ponto;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – referiu que o Município propunha manter os mínimos totais, sendo certo que todos os benefícios já



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

elencados pelo Membro Carlos Ferreira eram possíveis, através das ARUS, também estavam enquadradas no estatuto dos benefícios fiscais, sem ter que existir a intervenção do Município. Acrescentou que alguns dos benefícios tinham sido criados e agora reforçados no âmbito da reabilitação de forma a recuperar os imóveis, que se verifica pelos centros urbanos envelhecidos.

----- Recordou o esforço que tinha sido efetuado pelo Município, para identificar muitos prédios urbanos e o esforço tinha sido tão grande e tão rápido por parte do Município que não se fez o que deveria ter sido feito, no que toca ao urbanismo em Oliveira do Bairro, contudo era um trabalho que agora se ia fazendo. -----

----- Acrescentou que apesar do trabalho realizado, não permitiu trazer justiça aos proprietários, se tinham um só imóvel ou vários imóveis e atualmente com algumas regras que tinham sido criadas, tenta-se estabelecer alguma equidade e infelizmente o grande proprietário era penalizado porque não conseguia rentabilizar as suas propriedades e paga IMI sobre as mesmas e também era penalizado quem deixasse ao abandono o seu imóvel.-----

----- Relativamente às empresas disse também serem possíveis, bastando haver propostas concretas e virem à Câmara Municipal e para si era uma forma de incentivar a vinda de empresas para o Município, devendo ser ao mais baixo custo possível, bastando terem já o custo do investimento e reconhecia isso.-----

----- Referiu que nos últimos anos a estratégia da Tutela tem sido, dilatar os benefícios aumentando os seus topos, o que permitiu a mais famílias estarem abrangidas por essa isenção e no Município de Oliveira do Bairro, eram muitas e aí o Município conseguia ter conhecimento.

----- Disse que AT não fornecia dados que eram tão importantes para o Município como por exemplo as transações dos imóveis de forma a que o Município pudesse atualizar a sua base de dados SIG.-----

----- Informou que tudo o que tinha sido referido pelo Membro Carlos Ferreira no ano anterior, no que toca aos benefícios que o Município poderia dar, foram analisados existindo atualmente



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

alguns benefícios que não deveriam existir. -----

----- Quanto ao associativismo disse que tinha feito o levantamento das associações que não estavam declaradas como entidades de interesse público, foi junto das mesmas alertar essa situação que poderiam ter benefícios fiscais, contudo as mesmas não pretendem serem assim reconhecidas. -----

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem usar da palavra no presente ponto da Ordem de Trabalhos que fizessem a sua inscrição;-----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – afirmou que o serviço de finanças tem colaborado exaustivamente com os Municípios e por isso não será por falta de colaboração da AT que não chega a informação aos Municípios.-----

----- Referiu que o IMI tinha sido considerado um imposto injusto pelo grupo de trabalho para o estudo da política fiscal. -----

----- Disse que os consumidores podem estar a pagar mais IMI do que deveriam, sendo um alerta deixado pela Associação Portuguesa da Defesa do Consumidor, que detetou cerca de noventa e cinco milhões de euros cobrados indevidamente, desde que o simulador “pague menos IMI” foi criado, há cinco anos.-----

----- Explicou que o motivo dessa cobrança indevida, segundo a DECO devia-se ao facto de o imposto era calculado em função do valor patrimonial dos imóveis e as finanças não o atualizavam todos os anos. Afirmou que estava nas mãos dos proprietários reivindicar a cobrança do valor justo. -----

----- Afirmou que essas atualizações deveriam ser automáticas de forma a que o valor patrimonial dos imóveis estivesse sempre atualizado e as finanças conseguiram calcular o valor justo do IMI por cada habitação. -----

----- Referiu que o atual Executivo, a bem de todos os oliveirenses, poderia informar e incentivar os oliveirenses a fazerem a simulação na plataforma “pague menos IMI”, não sabendo



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

se interessava ou não e se calhar não interessava, mas o Grupo Municipal UPOB que defendia quem os tinha elegido interessa que essa informação seja divulgada.-----

----- Disse que a Bancada do UPOB alertava para quem estivesse a pagar a mais, deve preencher o modelo 1 do IMI, apresentar o documento no serviço de finanças e solicitar a atualização do valor do imóvel é um serviço gratuito, contudo tinha que ser entregue até 31 de dezembro para ter efeito no ano seguinte. -----

----- Referiu que a receita do IMI para a autarquia, tem vindo a aumentar nos últimos anos e no presente ano não iria ser exceção.-----

----- Disse que de acordo com a proposta do orçamento de 2019, as alterações incluíram permitir aos Municípios o agravamento da taxa prevista no n.º 3 do artigo 112.º do Código do IMI, relativamente aos prédios urbanos ou frações autónomas que se encontrem devolutos há mais de dois anos localizados em zonas de pressão urbanística, a proposta prevê que a taxa para prédios urbanos de 0,3 a 0,45 seja elevada ao sêxtuplo, agravada em cada ano subsequente em mais 10% e que o agravamento tenha como limite o máximo do valor de doze vezes a taxa prevista. -----

----- Questionou o Presidente da Câmara se o Concelho de Oliveira do Bairro estava inserido no conceito de pressão urbanística. -----

----- Questionou também o que tem feito o Executivo para identificação das habitações ou frações autónomas devolutas para as tributar de acordo com o Decreto-Lei n.º 67/2019, de 21 de maio, sabendo que as empresas de fornecimento de telecomunicações, de gás, de água e luz enviam obrigatoriamente aos Municípios até ao dia 1 de outubro de cada ano uma lista atualizada de ausência de contratos de fornecimento, ou de consumos baixos, por cada prédio urbano ou fração autónoma, questionando se já tinham sido recebidas essas listas e se as mesmas estavam atualizadas no Município. -----

----- Questionou também o que estava o Executivo a fazer em relação à identificação dos



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

imóveis abrangidos pelo n.º 3 do artigo 112.º do CIMI e se existia a listagem dos prédios que se encontram em ruína eminente e se sim quando as faria chegar à Assembleia Municipal.-----

----- Referiu que deveria a Assembleia Municipal ser informada, atempada e de forma clara dos documentos relevantes, para a sua discussão e fiscalização da gestão autárquica. -----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – disse que relativamente às propostas que o PSD tinha feito no âmbito do IMI, disse que as mesmas não eram novidade, pois as mesmas vigoravam em algumas Câmaras. -----

----- Relativamente às associações disse que também conhecia algumas nessa situação sendo que uma delas era pequena e dificilmente conseguirá ser de utilidade pública de forma a permitir a isenção e na sua opinião a classificação de interesse municipal poderia permitir a redução dos 20% que constam na Lei.-----

----- Acrescentou que a questão de uma associação ser considerada de utilidade pública, também assustava algumas associações, porque todos os anos tinham que entregar uma série de documentos, para além da questão de chegar até à classificação que não era fácil.-----

----- Disse concordar com a intervenção do Membro Acácio Oliveira, no sentido de que se poderia publicar através de edital as listas das ruínas, dos devolutos e com o complemento dos Presidentes de Junta que poderiam chamar à atenção para a falta de uma ou outra situação.---

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados se assim o entendesse; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – relativamente aos benefícios das associações disse que não era assim tão complicado ter a classificação e utilidade pública, e todos os anos as associações eram obrigadas a enviarem as suas declarações fiscais e só por isso já é necessário ter todo um trabalho realizado, mas todas as associações têm que o fazer quer tenham a classificação de utilidade pública ou não.-----

----- Acrescentou que os técnicos municipais estavam disponíveis para ajudar e fazer o que



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

for necessário, sendo procedimentos simples e que traziam benefícios para as associações.----

----- Esclareceu que quando tinha referido que tinha sido feito um trabalho muito bom na identificação de uma série de imóveis, a verdade é que, essa identificação foi basicamente no sentido de avaliação do imóvel, calculando mais ou menos os metros quadrados do mesmo, e ficou o assunto arrumado, o que para si foi errado tendo sido um trabalho mal efetuado a esse nível, contudo a identificação foi feita e as finanças ficaram contentes e solicitam constantemente as informações SIG, mas quando o Município pretende que as finanças carregue no sistema municipal as informações a mesma não o faz.-----

----- Disse que esperava que os dados que o Membro Acácio Oliveira tinha na sua posse, para poder afirmar que para o ano o Município ia ter mais valor do IMI, estivesse bem guardados, porque eram documentos que não podia ter em sua posse. Acrescentou que tinha na sua posse, inerente ao cargo de Presidente da Câmara os dados referentes ao ano de 2018.-----

----- Disse que atualmente era automática a isenção de baixos rendimentos e anteriormente era necessário solicitar esse benefício.-----

----- Deu nota que o Município tinha feito um esforço na identificação de prédios devolutos e na eliminação de imóveis não identificados e quanto a esses prédios tinha sido impossível, porque havia um conjunto de imóveis que não foi possível identificar, mesmo com o apoio dos Presidente de Junta. Acrescentou que os imóveis que tinham sido identificados foram enviados para a AT.-----

----- Afirmou que esse trabalho de identificação e o aumento de prédios identificados tinha feito com que houvesse aumento na receita do IMI no Município.-----

----- Referiu que a quantidade de isenções tem aumentado, fruto de um conjunto de benefícios que estavam ao lado das famílias e eram automáticos.-----

----- Disse que deveria ser tido em atenção que quando se vai solicitar a atualização do IMI, tem que se corrigir as áreas do imóvel, o que muitas vezes vai agravar e não isentar ou reduzir



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

a taxa de IMI.-----

----- Relativamente às situações de ruínas e para bem da transparência, todos os anos em reunião de Câmara é apresentada uma listagem, havendo o cuidado de fazer uma limpeza daqueles que tinham deixado de ser ruínas e classificados em outros, foi feita a identificação visual e um trabalho de campo.-----

----- Quanto aos prédios devolutos, disse que efetivamente recebe as listagens, contudo através do sistema SIG foram identificados uma série de imóveis, estando a estudar os mesmos um a um, através de vistoria porque não podem considerar devoluto um imóvel só porque não tem consumo de água, existindo muitos munícipes que não têm água de rede ligada às suas habitações. Acrescentou que esse trabalho tinha sido iniciado no presente ano.-----

----- Afirmou que o interesse do Município não era ter mais IMI, mas sim colocá-lo a mexer.

----- Foram questionados os Membros da Assembleia se pretendiam fazer uma segunda ronda de intervenções, tendo-lhes sido dado o uso da palavra;-----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – relativamente aos coeficientes de localização, disse ter tido conhecimento que durante o presente ano a AT iria fazer a atualização dos referidos coeficientes, que poderiam vir a ter um impacto no IMI de Oliveira do Bairro.-----

----- Questionou se o Presidente da Câmara tinha conhecimento do processo e se poderia dar informação sobre o assunto.-----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para responder à questão suscitada;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – confirmou ter tido conhecimento desse processo e a preocupação foi fazer correções para que exista um equilíbrio e justiça entre os munícipes que tinham as mesmas condições, porque a preocupação maior era a reabilitação no impacto urbano que se possa ter.-----





**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro Acácio Oliveira para pedido de esclarecimento;-----

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** – disse que a Câmara também tinha um papel importantíssimo, quando por razões de passagem de propriedades por morte, tinha que se cumprir determinados requisitos que passavam necessariamente pela Câmara Municipal, ao nível de georreferenciação e de atualização de plantas, que possam não existir e o que se estava a notar era que a Câmara estava a demorar demasiado tempo.-----

----- Foi novamente dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para responder à questão suscitada;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – informou que esses despachos eram feitos por si, eram muito reduzidos e era extremamente rápido. ----

----- Esclareceu que foram confundidas duas situações, porque essa obrigatoriedade era para prédios que não tenham licença de habitabilidade, contudo talvez exista a necessidade de legalizar algum tipo de obras existentes em que para legalizar as mesmas é necessário fazer uma série de procedimentos. -----

----- Afirmou que era mais fácil dizer que os procedimentos demoravam muito tempo na Câmara, do que dizer que entreguei mal a documentação tive que entregar novamente e entreguei por várias fases a documentação necessária e para conseguir legalizar tenho que demolir uma ou outra parede. -----

----- Terminada a discussão do ponto foi colocado o mesmo à votação. -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto da Ordem de Trabalhos **4.3 - Apreciação e votação da Informação/Proposta n.º 104 – Mandato 2017/2021 – Imposto Municipal de Imóveis – IMI, foi Aprovado por Unanimidade com 25 Votos a Favor.**-----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **4.4 - Apreciação e votação da Informação/Proposta n.º 105 – Mandato 2017/2021 – Participação de 4,25% no**



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

**I.R.S.**, tendo sido dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara para fazer a apresentação do ponto, uma vez que estava ausente da sala o Presidente da Câmara; -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – deu nota que a taxa tinha reduzido 0,25% relativamente ao ano anterior, tinha sido enviada a informação a todos os Membros estando disponível para responder às questões que eventualmente pretendessem fazer.-----

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem usar da palavra para procederem à sua inscrição, tendo sido dado o uso da palavra aos mesmos; -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – começou por referir que os Municípios tinham autonomia na arrecadação de receitas e na realização de despesas, fazendo parte das possíveis receitas Municipais uma participação no IRS até 5%, que incidia sobre a coleta líquida dos sujeitos passivos, com domicílio fiscal no Concelho, relativos ao ano imediatamente anterior. -----

----- afirmou que a aprovação dessa percentagem era uma competência da Assembleia Municipal, podendo a taxa variar entre os 0% e os 5%, sendo que se o valor for inferior a 5% o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerada como uma dedução à coleta do IRS a favor do sujeito passivo, ou seja, se a taxa aprovada na presente Assembleia for de 0%, significava que os Municípios do Concelho, pagarão menos 5% de IRS, significando também que o Município ficará privado da receita correspondente. -----

----- Referiu que o Concelho de Oliveira do Bairro tinha mantido nos últimos anos, impostos municipais, mais elevados que a generalidade dos Concelhos vizinhos, sendo óbvio que não se poderia manter essa situação eternamente, porque significava uma desvantagem grande para o Concelho e por isso, fruto também da pressão exercida pela Assembleia Municipal, o Concelho de Oliveira do Bairro tem vindo a aproximar-se dos valores dos Concelhos vizinhos. -----

----- No que diz respeito ao IRS e olhando para as taxas aplicadas pelos Concelhos vizinhos,



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

afirmou que Oliveira do Bairro ainda está bem acima, com uma taxa de 4,5%, reportando-se à taxa praticada no ano de 2019, resultado de duas tímidas descidas de 0,25% forçadas pela Assembleia Municipal, uma no anterior Executivo e outra já no atual Executivo quando assumiu funções. -----

----- Afirmou que o atual Executivo estava agora a propor outra micro descida, que tem um efeito reduzido nos bolsos dos munícipes, mas que permitia maximizar as boas notícias, junto da comunicação social. -----

----- Referiu que a este ritmo se iria demorar muitos anos até se aproximarem do valor cobrado pelos Concelhos vizinhos e, na sua opinião, deveria ser essa a preocupação de forma a não penalizarem os que vivem no Concelho.-----

----- Afirmou que para o UPOB tal penalização era injustificável, porque por um lado se estava num período de elevado dinamismo económico, com uma forte redução no emprego o que originava um aumento na receita global no IRS, que permitia compensar, pelo menos parcialmente uma redução da taxa, por outro lado não se vislumbravam grandes investimentos ao nível do Município que justifiquem o esforço acrescido que era pedido aos munícipes de Oliveira do Bairro.-----

----- Deu nota que iria apresentar uma proposta do UPOB para a taxa do IRS dos sujeitos passivos, com domicílio em Oliveira do Bairro ser de 3%, ficando ainda assim acima dos valores pagos nos Concelhos vizinhos e só uma descida assim poderia acabar com uma desigualdade, que era manifestamente injustificável e penalizadora para os munícipes de Oliveira do Bairro. --

----- Foi dado o uso da palavra ao Vice-presidente para que tecesse algum comentário se assim o entendesse; -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – disse estar à vontade com o assunto, porque nos anos anteriores, muitas vezes tinha discutido com o anterior Presidente da Câmara sobre o assunto, porque era seu entendimento que deveria haver



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

descidas, ou pelo menos sinais políticos de descida, contudo o anterior Presidente da Câmara entendia que não deveria haver descidas dizendo que o valor era irrelevante para os munícipes e por isso não descia os valores da taxa. -----

----- Afirmou que o atual Executivo era coerente com aquilo que defendiam na altura e por isso, mantinham a descida, mais como sinal político porque efetivamente não se estava a falar de valores acentuados. -----

----- Referiu que era um sinal que davam de que continuariam a descer no sentido de privilegiar os cidadãos do Município. -----

----- Sobre o que tinha sido dito pelo Membro Armando Humberto de que não viam investimentos, disse que o Executivo os via e estava a fazê-los. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro da Assembleia Nuno Barata, tendo-lhe sido concedida; -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – referiu que uma vez que tinha sido apresentada uma proposta pelo Grupo Municipal do UPOB, solicitou que se interrompessem os trabalhos para que junto da sua Bancada pudessem analisar a mesma. ----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – disse que acolhia a sugestão. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro da Assembleia Carlos Ferreira, tendo-lhe sido concedida; -----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – dirigindo-se ao Membro Armando Humberto questionou se o mesmo tinha ideia do impacto financeiro que a proposta que apresentou iria ter nas contas do Município. -----

----- Referiu que se tivesse alguns valores seria importante apresenta-los pois os mesmo eram importantes para uma tomada de decisão. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Foi dado o uso da palavra ao Membro da Assembleia Armando Humberto; -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – leu a proposta que se transcreve; -----

----- “*Propõe-se que a taxa municipal de comparticipação no IRS a aplicar no Município de Oliveira do Bairro no ano de 2020, seja fixada no valor de 3%, ou seja um valor igual ao aplicado em Anadia em 2019, e ainda 1 ponto percentual superior ao aplicado na Mealhada e 3 ponto percentuais acima daquilo que é cobrado em Águeda.*” -----

----- Quanto aos valores disse que as receitas do IRS diziam respeito ao ano transato, mas pelas contas dava o valor que era gasto em duas noites e meia na Expo Bairrada. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou que abria o período de discussão, face às intervenções realizadas; -----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro da Assembleia, André Chambel tendo-lhe sido concedido; -----

----- **ANDRÉ CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – disse que tinha sido questionado ao Membro Armando Humberto qual seria o impacto financeiro para o Município, contudo a sua resposta não mostrou qual era o impacto. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – interrompeu os trabalhos por cinco minutos para que os Grupos Municipais pudessem analisar a proposta apresentada. -----

-----

-----

----- Passados que foram os cinco minutos foram retomados os trabalhos. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – questionou aos Membros da Assembleia se pretendiam intervir para discussão da proposta,



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

tendo-lhes sido dado o uso da palavra; -----

----- **MIGUEL DA SILVA OLIVEIRA** – disse que se tinha que traçar uma verticalidade e traçar o futuro para daqui a trinta anos. -----

----- Referiu que no primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, se tinha falado em industrialização, mas isso já tinha sido há trinta anos atrás e não se aplicava à atualidade porque se estava numa política diferente e tinha que saber bem o que se pretendia para o Concelho se um Biocant ou uma zona como o Casarão. -----

----- Disse que se estava a comparar o IMI com os Municípios de Mealhada e Anadia, mas esses Municípios detinham a água que ajudava a suportar os excessos. -----

----- Afirmou que faltava visão e orientação para se traçar o que se pretende para o Concelho. -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – por questões técnicas, houve falha na gravação, não havendo por isso registo da presente intervenção. -----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – clarificou que o impacto financeiro da proposta apresentada pelo UPOB era menor ou igual que 1% do valor do orçamento. -----

----- Relativamente ao que tinha sido dito sobre a geração 5.0 das matérias primas do sector cerâmico, esclareceu que não era o barro vermelho existente no Concelho porque esse era da geração 1.0 e o Concelho não tinha os materiais da geração 5.0. -----

----- **ANDRÉ CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – quanto ao impacto financeiro, disse que a Bancada do UPOB não se entendia sobre o mesmo, porque uns Membros dizem que o impacto seria no valor de cem mil euros, outros dizem duzentos mil euros e por isso era importante que se decidissem. Afirmou que pelas suas contas e consoante o orçamento atual, o impacto andaria à volta dos duzentos mil euros, mas pela informação do Presidente da Câmara o impacto seria na ordem dos duzentos e vinte e cinco mil euros. -----

----- Referiu que gostavam de comparar os Municípios, não em questão de receitas, mas em



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

questão de taxas e como tinha referido o Líder de Bancada do PSD o facto do UPOB pretender baixar o imposto para 3% era uma boa parangona para a comunicação social. -----

----- Questionou a Bancada do UPOB onde é que pretendiam cortar, não aceitando que respondessem que o corte fosse feito nas festas, porque o Município de Anadia tinha aumentado a despesa com a Feira da Vinha e do Vinho. Acrescentou que o Município de Oliveira do Bairro tem atividades de ação social que o Município de Anadia não tem, questionando se cortavam nas festas ou na ação social, porque duzentos mil euros era um valor considerável e quem geria era o atual Executivo. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro Armando Humberto para uma segunda ronda de intervenções -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – disse que pelos valores apresentados, de duzentos e vinte e cinco mil euros o Município teria que receber de receitas de IRS, para o ano cerca de oitocentos e cinquenta mil euros e nisso ninguém acreditava, porque pelas suas contas o impacto seria de cento e cinquenta mil euros. -----

----- Afirmou que se tratava de opções políticas, porque o valor de perda de receita, cento e cinquenta mil euros, correspondiam a dois dias e meio de Expo Bairrada e se lhe dissessem que não chegava disse que na vez de fazer três dias do 65 em Festa, que se faça só um dia. -----

----- **ANDRÉ CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – ainda sobre o valor, esclareceu que o valor que tinha apresentado era relativamente aos valores atuais, contudo como a previsão é de um aumento, pode chegar aos duzentos e cinquenta mil euros e ninguém disse que se iria receber de receita do IRS oitocentos e cinquenta mil euros. -----

----- Reiterou que a Bancada do UPOB tinham que assumir e dizer onde é que iriam cortar os duzentos mil euros. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – alertou para a forma como eram feitas as intervenções assim como eram ouvidas as mesmas,



Oliveira do Bairro assembleia municipal

solicitou contenção.-----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelo Membro Armando Humberto para esclarecimento;

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – em esclarecimento ao Membro André Chambel, referiu que eram dois dias e meio da Expo Bairrada e dois dias do 65 em Festa.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – deu por terminada a discussão do ponto, colocando a votação a proposta apresentada pelo Grupo Municipal UPOB, em que propõe que a taxa municipal de comparticipação no IRS, fosse fixada nos 3%; -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que a proposta apresentada pelo Grupo Municipal UPOB, **foi Rejeitada por Maioria com 5 Votos a Favor e 20 Votos Contra.** -----

----- Votos Contra dos Membros do Grupo Municipal do CDS Francisco Martins, André Chambel, Ana Rita Jesus, António Campos, Luís Carvalho, Marcos Gala, Miguel Oliveira, João Bastos, Marco Alves, Vitor Oliveira e Acílio Ferreira e pelos Membros do Grupo Municipal do PSD Nuno Barata, Arsélio Canas, Carlos Ferreira, Carlos Santos, Annelise Guimarães, Lília Tavares, Maria Conceição Maia e Simão Vela e pelo Presidente da Junta de Freguesia da Palhaça do Grupo Municipal UPOB Manuel Martins. -----

----- De seguida foi colocado a votação o ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto da Ordem de Trabalhos **4.4 - Apreciação e votação da Informação/Proposta n.º 105 – Mandato 2017/2021 – Participação de 4,25% no I.R.S., foi Aprovado por Maioria com 5 Votos Contra e 20 Votos a Favor.** -----

----- Votos Contra dos Membros do Grupo Municipal do UPOB Armando Humberto, José Carvalheira, Diogo Mota, Paulo Barata e Acácio Oliveira. -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **4.5 - Apreciação e votação da Informação/Proposta n.º 106 – Mandato 2017/2021 – Taxa Municipal de**





Oliveira do Bairro assembleia municipal

**Direitos de Passagem – T.M.D.P.**, tendo sido dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação do ponto; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – referiu que era uma taxa residual que iria ser mantida. -----

----- Referindo-se ao ponto anterior e à forma como as contas foram feitas disse que nunca tinha visto tantas contas malfeitas, como as que tinham sido apresentadas e os Membros da Assembleia deveriam aproveitar a formação que tinham assim como a experiência pessoal e política. Afirmou que também era importante que pensassem na evolução das taxas de IRS no futuro e o impacto que poderiam ter. -----

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir no presente Ponto da Ordem de Trabalhos que procedessem à sua inscrição;-----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – disse que valorizando a equidade, solicitou a oportunidade de fazer luz na ideia mirabolante do Presidente da Câmara, que colocou o fardo no UPOB de que iria exterminar a Expo Bairrada, porque não era essa a intenção. Acrescentou que a verdade era que desde o ano de 2018 se poderia ter uma feira no Concelho, baseada no setor agrícola e quem sabe a Agro Vouga não teria renascido.-----

----- Sobre a taxa em questão disse que continuavam a suscitar as maiores dúvidas ao UPOB de que o Município possua mecanismos de aferição do valor total de faturação mensal, que era emitida pelas empresas que disponibilizam as empresas e os serviços de comunicações eletrónicas, uma vez que era sobre esse valor que se aplicava a taxa municipal de direitos de passagem TMDP.-----

----- Referiu que apesar da grande dificuldade de apuramento por parte dos serviços, da globalidade da faturação mensal das entidades responsáveis pelo seu pagamento, as prestadoras dos serviços relativos à taxa em questão, a lei dizia que as empresas sujeitas à TMDP deviam anualmente promover auditorias, realizadas por entidades independentes, que



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

comprovem a conformidade dos procedimentos adotados face à lei, bem como os resultados dessas auditorias deveriam ser disponibilizados que à ANACOM quer aos Municípios que o solicitem. -----

----- Questionou se o Município tinha tido acesso à referida informação e se a mesma era solicitada recorrentemente.-----

----- Recordou que no ano anterior aquando da discussão do ponto análogo, o Grupo Municipal UPOB alertou que era entendimento da ANACOM que as autarquias locais, tendo em vista a promoção do desenvolvimento das redes de comunicações e eletrónicas, poderem optar por não cobrar a referida taxa. -----

----- Referiu que o Concelho de Oliveira do Bairro era pouco cosmopolita, onde a cobertura de redes de comunicação por fibra não era universal, questionou se não seria benéfico dar um sinal às empresas operadoras, consubstanciado na isenção da taxa TMDP.-----

----- Questionou também se não poderiam essas empresas, em contrapartida investirem mais nesse tipo de infraestruturas no Concelho se ficassem isentas dessa taxa.-----

----- Questionou ainda se o Presidente da Câmara não entenderia que redes mais modernas e em que a velocidade de transferência de dados é mais célere, permitiria maior proximidade também entre os munícipes, ou será que apenas existia a preocupação de proximidade entre os eleitos e os eleitores.-----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que respondesse às questões suscitadas;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – informou que os elementos tinham sido solicitados e foi feito chegar o referido relatório.-----

----- Disse que tinha percebido que o Membro José Carvalheira quis dizer que se deveria poupar as operadoras da taxa, apesar de não estarem sediadas no Município. Recordou que passados alguns meses do atual Executivo ter tomado posse, começaram a devolver a uma



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

dessas operadoras duzentos mil euros referente a taxas cobradas indevidamente, incluindo juros e não foi perdoado um cêntimo ao Município.-----

----- Disse também ter percebido que o Membro José Carvalheira deu a entender que o Município deveria ir junto dessas empresas e pagar-lhes para que façam o trabalho que são obrigados a fazer que é investir nos equipamentos e eram os clientes que pagavam o serviço. -

----- Informou que os Municípios para terem melhores serviços, deixam passar em equipamentos sem que paguem qualquer taxa, que era o caso dos postes de eletricidade. -----

----- Recordou ainda que há uns anos atrás tinha sido feito um pedido para a zona poente do Concelho devido às dificuldades existentes nessas ligações e a operadora negou-se a fazer a infraestrutura, apesar de ter sido feita denúncia à ANACOM nada foi feito.-----

----- Foi solicitado o uso da palavra pelos Membros da Assembleia para uma segunda ronda de intervenções;-----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – esclareceu que o que tinha dito foi que o Município de Oliveira do Bairro tinha uma taxa de cobertura de fibra que não era universal, que muitas vezes tinha a ver com a questão da oferta e da procura e se o Município isentasse e namorasse os operadores de forma a que os mesmos aumentassem a taxa de cobertura de fibra ótica no Concelho com a contrapartida de a fazer crescer uma certa percentagem por ano. -----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – quanto à primeira parte da intervenção do Presidente da Câmara disse que já tinha havido alturas, em Assembleia que o Presidente da Câmara, quando questionado também tinha dificuldade em fazer as contas e por isso na sua opinião a dificuldade das contas era genérico e não só das Bancadas. -----

----- Quanto à intervenção do Membro José Carvalheira disse que a Bancada do PSD era coerente e não poderiam criticar fortemente o Executivo relativamente às festas e depois propor mais uma festa.-----

----- Disse achar engraçada a ideia de uma feira vocacionada com a agricultura e tinha tudo



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

a ver com a Bairrada, contudo na sua opinião poderia a Expo Bairrada contemplar essa vertente também, mas a realização de mais uma feira não concordava.-----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** - disse ter ficado um pouco confuso relativamente às intervenções do Membro José Carvalheira e do que tinha percebido, isentando as operadoras da TMDP a Câmara Municipal poderia, através de uma medida, fazer com que as empresas de telecomunicações, pudessem abranger a sua cobertura de fibra a todo o Concelho.-----

----- Informou que entre aquilo que as operadoras gastavam e aquilo que teriam de investir, tendo em conta a questão da oferta e da procura, decerto que relativamente ao que pagam ao Município pela TMDP, e ao namoro entendia que as operadoras preferiam pagar a TMDP. -----

----- Foi dado o uso da palavra a Membro José Carvalheira, por solicitação deste para prestar esclarecimento;-----

----- **JOSÉ ANTÓNIO NEVES CARVALHEIRA** – relatou a sua experiência pessoal relativamente à colocação de fibra na sua habitação, tendo feito cinquenta reclamações e a resposta que obteve foi para pressionar a Câmara, porque as operadoras aceitavam a pressão por parte das Câmaras e a cobertura era mediante a pressão das Câmaras e daí a intervenção que fez. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para responder a alguma questão;

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse ficar estupefacto com o que era transmitido pelas operadoras aos munícipes, porque já não era a primeira vez que tinha que esclarecer munícipes relativamente ao assunto, que eram mal informados pelas operadoras. -----

----- Esclareceu que o Município não tinha culpa da falta de vontade das operadoras para fazerem o investimento, porque o Município está disponível para que as operadoras façam o investimento de forma a que haja mais qualidade na prestação desses serviços.-----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Deu nota que a Câmara não poderia ir junto a uma operadora e propor essa situação, porque estava a enviesar do CCP. -----

----- Dirigindo-se ao Membro Carlos Ferreira disse que o trabalho de casa tinha que ser feito por todos. -----

----- Concluída a discussão do ponto foi o mesmo colocado a votação. -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto da Ordem de Trabalhos **4.5 - Apreciação e votação da Informação/Proposta n.º 106 – Mandato 2017/2021 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem – T.M.D.P., foi Aprovado por Maioria com 5 Abstenções e 20 Votos a Favor.** -----

----- Abstenções dos Membros do Grupo Municipal do UPOB Armando Humberto, José Carvalheira, Diogo Mota, Paulo Barata e Acácio Oliveira. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou que se aproximavam das zero horas, questionando os Membros da Assembleia que face à quantidade de ponto que ainda estavam para discussão se achavam que era possível debater os mesmos até à uma hora, como estava previsto no Regimento, tendo sido consensual que os trabalhos fossem interrompidos. -----

----- Tendo em atenção que se deveria dar seguimento aos documentos analisados e votados na presente reunião, questionou os Membros, se tinham alguma oposição a que se aprovasse o teor das respetivas deliberações em minuta. -----

----- Não havendo nenhum Membro da Assembleia Municipal que se opusesse, consideraram-se aprovadas em Minuta as deliberações tomadas relativamente aos pontos constantes da Ordem de Trabalhos da presente Sessão da Assembleia Municipal, 4.1 - Apreciação e votação da Proposta da Delimitação da Unidade de Execução para o Solo Urbanizável / Espaço de Atividades Económicas confinante com a Zona Industrial de Vila Verde (ZIVV) – Aprovação do Relatório de Ponderação da Discussão Pública e da Versão Final da



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

Unidade de Execução, 4.2 - Apreciação e votação da Informação/Proposta n.º 103 – Mandato 2017/2021 – Lançamento de Derrama, 4.3 - Apreciação e votação da Informação/Proposta n.º 104 – Mandato 2017/2021 – Imposto Municipal de Imóveis – IMI, 4.4 - Apreciação e votação da Informação/Proposta n.º 105 – Mandato 2017/2021 – Participação de 4,25% no I.R.S., 4.5 - Apreciação e votação da Informação/Proposta n.º 106 – Mandato 2017/2021 – Taxa Municipal de Direitos de Passagem – T.M.D.P.. -----

----- Assim de acordo com o previsto no Regimento da Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro, os Trabalhos referentes à presente Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de quinze de novembro de dois mil e dezanove foram interrompidos, sendo novamente reatados em 18 de novembro de dois mil e dezanove, de acordo com o enunciado na Convocatória enviada a todos os Membros da Assembleia Municipal. -----

----- Aos dezoito dias do mês de novembro, do ano de dois mil e dezanove, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, realizou-se a segunda Reunião relativa à Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal convocada para o dia quinze do mês de novembro do corrente ano, cuja Ordem de Trabalhos, já tinha sido previamente distribuída aquando da respetiva Convocatória. -

----- Os trabalhos foram presididos por **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** e secretariados inicialmente por **ANA RITA FERREIRA DE JESUS**.-----

----- Para além do Vice-Presidente da Câmara, estiveram igualmente presentes nesta Sessão da Assembleia Municipal, os Vereadores do Executivo Municipal Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Rui Jorge Marques Santos. -----

----- Eram vinte horas, quando foi declarada aberta a Sessão.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** –



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes. -----

----- Deu de seguida o uso da palavra à Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, a fim de que fossem verificadas as presenças dos Membros da Assembleia Municipal. -----

----- Efetuada que foi a chamada verificaram-se as ausências dos Membros da Assembleia Municipal Luís Carvalho, António Pedro Mendes da Silva Campos, Conceição Emília de Vasconcelos Mota, Miguel da Silva Oliveira, Acílio Dias Vaz e Gala, Patrícia Sofia de Louro Lemos, Cidalina Vieira Samagaio Matos e o Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira do Bairro Simão Moreira Vela. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – informou que os Membros acima identificados, solicitaram por escrito, a justificação da falta à presente reunião da Sessão da Assembleia Municipal, tendo as mesmas sido consideradas justificadas e a sua substituição pelos elementos seguintes da respetiva Lista, que se encontravam presentes, sendo convidados a participar nos Trabalhos da presente Sessão da Assembleia Municipal respetivamente, Marcos Gala, Paulo Miguel Almeida Rato Neves Barata, Jennifer Cuoco, Diogo Azenhas Mota, João Manuel Oliveira Nunes Bastos, Marco Alexandre da Silva Alves, Rui Barqueiro. -----

----- Informou também que o Membro da Assembleia Luís Filipe Ferreira de Carvalho solicitou por escrito, a justificação da falta à presente reunião da Sessão da Assembleia Municipal, tendo a mesma sido considerada justificada, contudo não seria substituído. -----

----- Informou ainda que o Membro Armando Humberto Pinto, tinha dado nota à Mesa que chegaria um pouco mais tarde. -----

----- Mais informou que o Presidente da Câmara Municipal Duarte Novo por agora iria estar ausente da presente reunião pelo facto de estar presente na reunião Intermunicipal da Região de Aveiro e logo que lhe fosse possível iria tomar parte dos trabalhos desta Assembleia. -----

----- Convidou para completar a Mesa da Assembleia Municipal o Membro João Manuel



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

Oliveira Nunes Bastos, que tomou a posição de 2.º Secretário da Mesa. -----

----- Retomando os trabalhos deu início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos

----- **4.6 - Apreciação e Análise da informação do Auditor Externo relativa ao 1.º semestre de 2019**, dando o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara para a apresentação do ponto. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – referiu que o relatório em análise, não tinha notas especiais, não tinha reservas nem ênfases, espelhando assim a situação confortável da situação económico-financeira do Município. -----

----- Foi solicitado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir no presente ponto, que procedessem à sua inscrição tendo-lhes sido dado o uso da palavra; -----

----- **DIOGO AZENHAS MOTA** – disse entender que o Relatório do Auditor Externo era um instrumento de transparência na gestão do erário público. -----

----- Deu nota que pretendia ressaltar algumas considerações sobre o relatório, que afetavam o entendimento da Bancada do UPOB, da realidade financeira do Município a 30 de junho de 2019. -----

----- Referiu que o relatório datava de 8 de agosto, relativo ao período económico findo a 30 de junho de 2019 e o órgão deliberativo do Município iria emitir a sua opinião sobre as contas do primeiro semestre, a um mês e meio do fim do ano económico de 2019, ou sejam iriam analisar as contas do primeiro semestre do ano de 2019, quase simultaneamente à discussão do orçamento para o ano de 2020. -----

----- Afirmou que o assunto era de extrema relevância e a sua discussão pertinente, porém o desfasamento de tempo na calendarização da discussão, não era razoável, tendo em conta que o relatório tinha sido elaborado há mais de três meses, tendo sido realizadas Assembleias Municipais no intervalo de tempo que mediava a data do relatório e a presente data. -----

----- Fez referência às páginas onde estavam refletidas a previsão corrigida da receita de





**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

dezanove milhões quatrocentos e setenta e três mil quatrocentos e cinquenta e quatro euros e a previsão corrigida da despesa de vinte e dois milhões quatrocentos e setenta e três mil e quatrocentos e setenta e quatro euros, em que existia uma diferença de totais de três milhões de euros, solicitando esclarecimento.-----

----- Referiu que o relatório apresentava um excedente, entre receita e despesa de setecentos e setenta e cinco mil quinhentos e setenta e um euros, ao qual acrescia o saldo de gerência no montante de novecentos e oitenta e seis mil trezentos e quarenta euros, perfazendo uma liquidez de um milhão setecentos e sessenta e um mil novecentos e dez euros, igualmente constatável na melhoria dos rácios apresentados pelo Auditor.-----

----- Questionou que com os excedentes apresentados como se justificava, a meio do ano, uma execução de 20% nas rúbricas de despesa relativas ao investimento, rúbricas que foram corrigidas face ao previsto com um acréscimo de mais de três milhões de euros, porque mesmo sem o acréscimo a execução da despesa de investimento seria de apenas 30% face à dotação inicial.-----

----- Disse que também era necessário esclarecer o facto de a demonstração de resultados não apresentar nenhum valor de amortização, tendo em conta o valor de imobilizado e os proveitos diferidos no Município, sendo uma questão materialmente relevante, pois afetava significativamente o resultado que era apresentado em dois milhões e setecentos, sendo que o imobilizado estava avaliado em noventa milhões.-----

----- Quanto ao valor da autonomia financeira em 93%, era sustentado por um entendimento do Auditor, quanto à contabilização dos proveitos diferidos como capitais próprios, sendo que, outras sociedades de revisores, entendiam que o valor fosse contabilizado em passivo, o que no caso do Município de Oliveira do Bairro iria diminuir exponencialmente a autonomia financeira para 63%, sendo um indicador de grande relevância, nas candidaturas aos fundos comunitários.

----- Afirmou que seria impossível emitir qualquer opinião sobre as contas do Município, pois na sua opinião, as contas apresentadas não apresentavam a realidade financeira do Município



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

de Oliveira do Bairro, na sua verdadeira plenitude.-----

----- Deu nota que o entendimento que referiu, também era partilhado pelo Auditor Externo porque o mesmo referia que, e passou a citar; -----

----- “*Não deve ser entendida como uma demonstração e resultados semestral auditado, de referir que o Município não procede à especialização mensal dos principais custos e proveitos o que limita a análise semestral.*” Fim de citação. -----

----- Deu ainda nota que o Auditor também referia, na mesma reserva, relativamente à informação patrimonial, nomeadamente o ativo, capitais próprios e o passivo, onde estavam registados os imobilizados e os proveitos diferidos. -----

----- Afirmou que o relatório, que se tratava de uma ferramenta de gestão, deveria esclarecer e ser portador de transparência, tinha deixado mais dúvidas que esclarecimentos e esse facto não ajudava ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, onde iria ser votada uma revisão orçamental. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – relativamente ao que tinha sido referido sobre a autonomia financeira para efeitos de candidaturas, esclareceu que para fins comunitários o que era obrigatório era entre os 15% e os 20%, estando o Município bem há vontade nesse âmbito.-----

----- Quanto ao facto de ter sido referido que “*era pena que se estivesse a discutir o presente ponto a um mês e meio do final do exercício financeiro*” informou que em Comissão Permanente, o Líder de Bancado do UPOB, tinha solicitado que o presente ponto fosse apenas discutido, quando viesse à Assembleia Municipal assuntos relativos a contas.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – confirmou que o facto de o assunto estar a ser discutido agora, tinha sido analisado em sede de Comissão Permanente de setembro, não obstante ter sido enviado o documento para os Líderes de Bancada logo após a sua receção nos serviços da Assembleia Municipal, ou seja, a 27 de



Oliveira do Bairro assembleia municipal

agosto. -----

----- Informou que o entendimento da Comissão Permanente que quando viessem assuntos relacionados com contas à Assembleia Municipal, seria então apresentado o relatório do Auditor Externo. -----

----- Reiterou que o documento tinha sido disponibilizado aos Líderes de Bancada, que dependendo dos seus critérios poderiam ter disponibilizado o documento aos seus Membros de Bancada, assim como também tinha sido disponibilizado à Comissão de Acompanhamento Orçamental.-----

----- Deu de seguida o uso da palavra ao Vice-Presidente para responder às questões suscitadas; -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – esclareceu que os três milhões de euros de diferença, correspondia à validação do crédito pelo Tribunal de Contas, sabendo que se estava a meio do ano quando o documento foi elaborado, em que decorria ainda o processo de validação.-----

----- Relativamente à questão da fraca execução, esclareceu que havia projetos em carteira, em estudos, em que alguns deles aguardavam visto do Tribunal de Contas e sendo um processo dinâmico o mais importante seria como se iria terminar o ano, tendo a certeza que no final do ano a taxa de execução seria bastante superior.-----

----- Quanto à questão das amortizações, disse mais uma vez que era uma análise realizada a meio do ano e como tal o cálculo das amortizações ainda não tinha sido realizado e aparecerá no relatório do final do ano. -----

----- Sobre os proveitos diferidos esclareceu que era o método seguido pela ordem dos contabilistas.-----

----- Quanto ao ser impossível imitar opinião sobre as contas, disse que para si o mais importante era o Auditor ter emitido o relatório sem qualquer reserva às contas apresentadas o



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

que era um sinal de transparência e de qualidade de trabalho. -----

----- Foi questionado aos Membros da Assembleia se pretendiam fazer uma segunda ronda de intervenções, tendo-lhes sido dado o uso da palavra; -----

----- **DIOGO AZENHAS MOTA** – disse que era óbvio que o Auditor não colocasse nenhuma reserva porque assim descartava qualquer responsabilidade sobre as contas colocadas no relatório, tendo apenas recebido os dados e feito a contabilização dos mesmos. -----

----- Relativamente ao timing da discussão do documento, a sua participação era apenas de análise do ponto e analisando o relatório disse que ser apresentado agora ou há três meses atrás, com o substrato que o mesmo tinha possivelmente a análise seria a mesma. -----

----- Sobre a questão da autonomia financeira, disse ter ressalvado a questão dos cofinanciamentos sabendo que não seria necessária uma autonomia desse montante, contudo era uma redução exponencial, tendo em conta o que seria o entendimento de outras sociedades de revisores. -----

----- Quanto à questão das amortizações, o valor do imobilizado estava contabilizado e fazer uma simulação a meio do ano do que seria a amortização, não seria um trabalho tão impossível e refletiria de uma forma mais fidedigna as contas. -----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – disse que à semelhança do que já tinha referido, aquando da discussão do relatório anterior, que não concordava com a apresentação do mesmo e o facto de ser disponibilizado para si era suficiente, visto ser um relatório. -----

----- Afirmou que fazendo a análise verifica que mais uma vez existiam gralhas no mesmo, que foram bem evidenciadas pelo Membro Diogo Mota, porque era impossível que a provisão da receita corrigida ser de dezanove milhões porque faltava uma rubrica que era os passivos financeiros e a questão das taxas de execução estavam todas erradas e não era a primeira vez sendo vergonhoso. -----

----- Questionou como era possível que os serviços técnicos da Câmara não tenham visto



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

essa situação, a diferença existente entre a provisão corrigida da receita e da despesa e até à presente data nada tenham dito sobre a questão. -----

----- Recordou que a revisão ao orçamento tinha sido feita no primeiro semestre, tornando-se efetiva a partir daí e nesse sentido a provisão corrigida tinha que estar evidenciada no documento e não estava e para si não tinha nada a ver com o Tribunal de Contas. -----

----- Voltou a referir que o relatório tinha um erro, que na sua opinião era grave porque todas as percentagens que foram feitas relativas a essa situação estavam todas erradas o que era vergonhoso. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – esclareceu que o presente documento era enviado ao órgão fiscalizador, dirigido ao Presidente da Assembleia Municipal e nesse sentido os serviços da Câmara não tinham nada a ver com o documento. ----

----- Referiu que o relatório era da responsabilidade do Auditor Externo e nesse sentido se o Membro Carlos Ferreira achava que estava mal feito deve solicitar justificação ao Auditor Externo.

----- Reiterou que se tratava de um membro fiscalizador das contas da Câmara remetia ao órgão fiscalizador da Autarquia e por isso nem a Autarquia nem os serviços financeiros da autarquia eram responsáveis pelo documento e as contas apresentadas eram relativas ao primeiro semestre do corrente ano. -----

----- Disse que se calhar teria sido benéfico que, quando o documento foi remetido à Assembleia o mesmo deveria ter sido logo analisado, e por isso a admiração de estar só agora a ser analisado três meses depois da sua receção sendo agora a um mês e meio do final do exercício, considera que era extemporâneo. -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – disse que, do que se recordava, em sede de Comissão Permanente, o primeiro adiamento do presente ponto, prendeu-se com a extensão da Ordem de Trabalhos e depois foi a situação referida pelo Membro André Chambel. -----



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

----- Afirmou que tinha achado extraordinário o que tinha sido dito pelo Líder do CDS, embora continue a ser coerente, porque a culpa de tudo estar mal continuava a ser de PSD e no caso em concreto do Membro Carlos Ferreira, situação também recorrente. -----

----- Disse que o erro existia e se a responsabilidade não era da Câmara Municipal questionou de quem seria a responsabilidade e quem é que tinha tratado da questão do Auditor Externo. -----

----- Afirmou que o Membro Carlos Ferreira não tinha que ter detetado o erro mais cedo e usou a palavra legitimamente no sítio certo estando a cumprir com a lealdade as funções que lhe foram confiadas. -----

----- Foi dado o uso da palavra ao Vice-Presidente para que respondesse às questões suscitadas; -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – disse que o documento era elaborado por um Auditor Externo, não foi pelos serviços da Câmara Municipal fazendo a análise devida, porque a responsabilidade da elaboração do documento não era da Câmara. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra por vários Membros da Assembleia para esclarecimentos; -----

----- **DIOGO AZENHAS MOTA** – referiu que o presente documento não era alvo de votação, contudo a proposta de retificação do orçamento era para votar e segundo o que já tinha sido dito, o presente relatório tinha sido trazido, a pedido, na presente data à discussão na pertinência da retificação orçamental e no ponto seguinte iria ser votada uma retificação orçamental na pertinência e no contexto do presente relatório errado e sem fundamento. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – esclareceu que o ponto seguinte da Ordem de Trabalhos não tinha sido colocado na mesma, por causa do presente relatório, porque o que iria ser analisado no ponto seguinte, era uma revisão orçamental e não



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

uma retificação orçamental devido ao relatório. -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA OLIVEIRA** – disse que quando se tratava de responsabilidades, sacode-se a água do capote e isso não deveria acontecer. Questionou por quem tinham sido dados os valores que constam no relatório, se tinha sido apenas o Auditor Externo que tinha recolhido dos documentos da Câmara. -----

----- Referiu que, se assim tinha sido, não havia ninguém da Câmara que tivesse analisado o relatório depois ter sido após a sua receção de forma a retificar o que tiver que ser retificado e poder chamar à atenção do Auditor caso seja detetado algum erro. -----

----- Afirmou que admitir erros não era mal nenhum era até uma virtude. -----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – disse que se houvesse bom senso o presente documento deveria ser retirado e deveria ser exigido ao Auditor Externo que fizesse a correção e ser trazido novamente à Assembleia. -----

----- Deu nota que na sua opinião a responsabilidade não era da Assembleia, mas foi o que tinha sido dito pelo Membro André Chambel, e a ser assim se a responsabilidade era da Assembleia Municipal e se o Auditor Externo não estava a exercer com zelo e competência o trabalho à Assembleia Municipal, o Presidente da Mesa da Assembleia deveria recomendar ao Presidente da Câmara para que cessasse o contrato com a empresa. -----

----- Referiu que o documento também deveria ser orientador para a estrutura da Câmara e também da Assembleia como órgão fiscalizador, mas era obrigação da Câmara, verificar o documento no sentido de caso houvesse alguma reserva ou chamada de atenção pelo Auditor a Câmara possa corrigir. -----

----- **DIOGO AZENHAS MOTA** – esclareceu que tinha dito que, sendo o presente relatório necessário para avaliar o ponto seguinte e por isso estar a ser analisado na presente data e não na altura em que foi elaborado, era pertinente que o documento fosse corrigido porque se não, iria influenciar a votação do próximo ponto da Ordem de Trabalhos. -----



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

----- Afirmou que o Membro André Chambel tinha ilibado o poder Executivo da questão, como se fosse um documento paralelo, contudo no ofício que acompanha o relatório pode ler que competia ao Auditor Externo remeter semestralmente aos órgãos Executivo e Deliberativo da entidade, informação sobre a respetiva situação económico-financeira. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – deu nota que falaria com o Presidente da Câmara, sobre a questão levantada pelo Membro Carlos Ferreira e também iria levar o assunto a Comissão Permanente.-----

----- Foi dado novamente o uso da palavra ao Vice-Presidente caso quisesse tecer algum comentário; -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – disse que era óbvio que iriam fazer a análise do relatório e iriam verificar se o mesmo continha os erros afirmados na presente análise e em função da análise fariam o trabalho adequado com o Auditor Externo.----

----- Foi assim concluído o presente ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **4.7 - Apreciação e Votação da 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano / 2.ª Revisão ao Orçamento 2019**, tendo sido dado o uso da palavra ao Vice-Presidente da Câmara para fazer a apresentação do ponto;-----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal **JORGE FERREIRA PATO** – deu nota que se tratava de um ajustamento em baixa da despesa, que decorria das boas práticas orçamentais, sendo que havia alguma despesa de investimento que não tinha sido ainda efetuada, por se encontrarem os projetos em estudos. -----

----- Disse que se pretendia que o balanço do final do ano fosse um reflexo mais perfeito possível do que era a realidade económico-financeira do Município.-----

----- Solicitou aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir no presente ponto que fizessem a sua inscrição; -----





Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- **DIOGO AZENHAS MOTA** – disse que da análise efetuada aos documentos, poderiam identificar quatro grandes rúbricas, que foram alvo de retificação e que inutilizaram três milhões de euros. -----

----- Referiu que grande parte do montante agora em revisão eram despesas correntes, nomeadamente despesas com pessoal que deveriam ser do conhecimento do Executivo e previstas no orçamento e tanto o eram que, apesar do relatório analisado no ponto anterior conter as reservas referidas, no mesmo era já refletido o acréscimo dos três milhões de euros, querendo ser esclarecido sobre o assunto.-----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – deu nota que o título da sua intervenção era *“Pinos piruetas e outros trambolhões”* -----

----- Entregou a sua intervenção por escrito a qual se transcreve; -----

----- *“Sobre esta Revisão do Orçamento existem duas perguntas que importa serem esclarecidas e umas outras tantas conclusões que será importante reter.* -----

----- *Comecemos então pelas perguntas:* -----

----- *A primeira pergunta, será “O Porquê?”* -----

----- *Numa análise política mais global e no campo dos princípios e dos pressupostos, importaria perceber exatamente qual é o objetivo desta revisão.* -----

----- *Tanto mais quando estamos a pouco mais de um mês do final do tempo de aplicabilidade deste Orçamento.* -----

----- *A outra pergunta relevante a colocar será o “Para Quê?” ou seja, O que terá o Concelho a ganhar com esta revisão?*-----

----- *Faço estas perguntas porque naturalmente também as coloquei a mim mesmo e, procurei no documento essas respostas...*-----

----- *Procurei, por exemplo, perceber se esta revisão acontecia, nestes termos e nesta altura,*



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

*para aproveitar alguma oportunidade de investimento, ou para alavancar um novo projeto estruturante, cuja importância e urgência pediria a dita revisão do Orçamento. -----*

*----- Desculpe-me senhor Presidente Duarte Novo, mas não encontrei nada desse género.*

*----- Portanto... Não encontrei, não há, não existe... -----*

*----- Tentei procurar melhor... -----*

*----- Mas o que encontrei e, confesso com muito espanto, foi uma clara manipulação política das receitas e despesas com vista a melhorar os resultados na execução orçamental e do PPI.*

*----- O que, por si só, não me parece nada de extraordinário, ou criticável, já que é um procedimento contabilístico comum nos municípios e no nosso também, e, para que não restem dúvidas assumo desde já, era uma prática corrente dos executivos do PSD.-----*

*----- O problema é que era precisamente o CDS, este CDS, que, quer pelos seus vereadores, na altura na oposição e hoje no poder, quer nesta assembleia e até mesmo na comunicação social, eram, precisamente os senhores que criticavam contundentemente e reiteradamente as revisões orçamentais do executivo anterior por e, nas vossas palavras, apenas servirem para aumentarem a taxa de execução... -----*

*----- Importará ainda esclarecer que a exceção foi sempre o André Chambel, já há altura, Líder de bancada do CDS, quem sempre afirmou e reconheceu ser este um procedimento contabilístico normal, sem, no entanto, deixar de criticar, o recurso a este expediente contabilístico para aumentar artificialmente a taxa de execução. -----*

*----- Portanto aquilo que tanto e tão veementemente criticavam no passado é hoje, nas vossas mãos, um grandioso e sublime ato de gestão... ou, citando o Senhor Presidente, Duarte Novo, um espelho do rigor e da boa gestão... -----*

*----- Eu confesso que fiquei algo confuso com essa fase do Senhor Presidente do Executivo.*

*----- Ou o Senhor Presidente Duarte Novo e o CDS, estão a reconhecer que estavam*



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

*enganados quando criticavam os Executivos anteriores do PSD e reconhece, hoje, que os executivos do PSD foram executivos de rigor e exemplos de boa gestão, ou então estamos perante, não uma espécie de pino ao contrário, mas antes uma monumental pirueta demagógica de quem ontem dizia uma coisa, porque lhe era conveniente, e hoje defende o seu contrário por que é vantajoso...*-----

----- *Sabe Senhor Presidente, pode o senhor Presidente dizer que tem 10 anos de Municipalismo (como se isso fosse por si só algo de extraordinário), eu fui contar e tenho muito mais, e deixe que lhe diga, que sobre fazer o pino ao contrário, estamos realmente conversados...*

----- *O Senhor joga, nessa matéria, para as medalhas nos jogos Olímpicos.* -----

----- *Depois há outras diferenças... estávamos, há altura, a falar de Orçamentos de uma dimensão esmagadoramente superior às atuais, precisamente porque nele existiam grandes investimentos em grandes obras estruturantes. Grandes opções estratégicas (criticáveis ou não é verdade, mas existiam e aconteceram) e, no seu caso, Sr. Presidente Duarte Novo, infelizmente, para além da evidência das festas, que saltam claramente como a vossa marca à frente do executivo, tirando isso, temos muito pouco.* -----

----- *Depois, para o pino ao contrário do Senhor Presidente e do CDS ser ainda mais espetacular, conseguimos ler no documento esta frase sintomática...*-----

----- *“Esta revisão espelha a política de rigor e da boa gestão e, bem assim, é testemunho do cumprimento da visão estratégica deste executivo Municipal”* -----

----- *Bonito...esclarecedor...*-----

----- *Mas se formos procurar neste documento a vossa Visão estratégica...*-----

----- *O que encontramos é e, mais uma vez, que são bons a fazer festas e que vão continuar a fazê-las, mas, infelizmente, com um desempenho medíocre na concretização de alguns projetos de investimento.*-----



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

----- *Projetos de Investimento que estavam alavancados por fundos comunitários e por empréstimos bancários e, porque não avançaram como deveriam, vimos plasmada nesta revisão a redução das receitas de capital nas rúbricas de empréstimos bancários e de fundos comunitários no valor de 663 mil euros e na reprogramação financeira de alguns projetos de investimento no montante de 1,1 milhões de euros.* -----

----- *É esta a Vossa visão estratégica...* -----

----- *Depois, depois a parte da política de rigor e da boa gestão...* -----

----- *Política de rigor e de boa gestão, na definição do Senhor Presidente Duarte Novo é, por exemplo, a pouco mais de um mês de concluirmos este orçamento, esta revisão espelhar inequivocamente a necessidade de aumentar a despesa corrente em quase meio milhão de euros.* -----

----- *Isto para além do valor da despesa corrente que ainda não foi comprometida, no valor de cerca 1,5 milhões de euros e se lhe somarmos este reforço da despesa corrente, cerca de meio milhão de euros, podemos concluir que só no último trimestre o Sr. Presidente pretende gastar cerca de 2 milhões de euros em despesa corrente.* -----

----- *Portanto: Redução de despesa de investimento e aumento galopante com a despesa corrente...* -----

----- *Devem ser estes os números a que o senhor Presidente se referia quando, num momento de inspiração criativa literária nos brindou, neste documento com mais uma frase deliciosa: “ajustamentos relativos ao normal funcionamento dos serviços”.* -----

----- *Referiu que tinham tido conhecimento que o Município estava sem serviços de limpeza desde o mês de outubro e em alguns casos eram os próprios funcionários a limparem os seus espaços de trabalho, dando o exemplo dos Pólos de Leitura e das Piscinas Municipais que neste caso a situação era mais dramática questionando se o Presidente da Câmara estaria à espera desta revisão para resolver o problema.* -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- “Bonito... -----  
----- Não será é o “Bom, o Belo e o Bonito” porque isso é algo de completamente diferente e  
muito para além da norma... -----  
----- Uma definição complexa sobre a perfeição estética, que tantas vezes caminha entre  
nós e que quase ninguém vê, porque apenas está ao alcance de um “profissional da observação”,  
que não é evidentemente o seu caso... -----  
----- Os senhores podem justificar como entenderem... -----  
----- Mas lá no fundo todos sabemos... É a vossa visão estratégica a funcionar, -----  
----- Está se aproximar mais um período de muitas e grandes festas... -----  
----- Concluindo, -----  
----- Estamos perante um documento que é exatamente e recorrendo à nova e desconhecida  
capacidade criativa literária do Senhor Presidente Duarte Novo, o espelho deste executivo. ----  
----- É a prova escrita e documentada de um pino monumental do Senhor Presidente Duarte  
Novo, que é acompanhado em grande estilo por outras ilustres figuras proeminentes do CDS de  
Oliveira do Bairro, apresentam hoje, com pompa e circunstância aquilo que criticaram anos a fio  
o PSD de fazer. -----  
----- Obra que é bom... Nada, projetos estruturantes, bola... -----  
----- Importaria talvez deixar aqui uma pergunta ao Senhor Presidente:-----  
----- Agora que está prestes a terminar a primeira metade do seu mandato, se tivesse que  
identificar um projeto estruturante, norteador, algo que tivesse nascido inequivocamente e  
exclusivamente da vossa visão e do vosso trabalho qual seria?-----  
----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – disse que também iria



Oliveira do Bairro assembleia municipal

dar um título à sua intervenção que seria, “Pela boca morre o peixe, em dois atos” -----

----- Entregou a sua intervenção por escrito a qual se transcreve; -----

----- “Estamos a analisar a segunda revisão ao Plano e Orçamento e estamos a perante uma realidade anunciada e por isso assumida, desde a primeira revisão. -----

----- Portanto esta, não” tendo sido “uma postura tida durante” (...) “os anos em que o Município foi gerido pelo Partido Social Democrata, não resulta de outro qualquer motivo que não seja o de uma decisão estratégica atempadamente definida. -----

----- Portanto não há surpresa nem novidade neste facto. -----

----- Certamente que existem motivos para que estejamos perante a segunda revisão do Orçamento e acreditem que o da taxa de execução não será um deles. -----

----- Porque se fosse, esta revisão estaria malfeita, já que poderia ir muito mais longe e assim melhorar de forma mais significativa a dita taxa de execução. -----

----- Como tal não aconteceu, e era possível, penso que podemos concluir que esse não é o objetivo subjacente à mesma. -----

----- Dizia eu que mais importante que as taxas de execução daquilo que são as previsões do plano é a concretização e a execução em valores absolutos. -----

----- E explico começando precisamente pela acusação que a oposição faz a esta revisão:

----- Diz “a oposição que esta revisão não traz nada de novo... pois não, e ainda bem.” ----

----- Esta revisão não significará nenhuma alteração em termos de execução em valores absolutos, não constituirá nenhuma alteração aos grandes projetos e às grandes obras. -----

----- E este é um “pormenor” que importa aqui sublinhar. -----

----- Porque se esta revisão trouxesse algo de novo isso sim seria grave e até comprometedor, porque se assim fosse, primeiro teríamos assumido, nas Grandes Opções do



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

*Plano” iniciais “determinado volume de obras e de equipamentos e, depois, em contexto de Revisão do Plano e Orçamento, as estaríamos a eliminar ou a secundarizar. -----*

*----- Isso seria, de facto, falta de capacidade de gestão e, mais grave, defraudar expectativas legitimamente criadas à volta do que eram os nossos compromissos assumidos com a população (que será o mais importante) mas também com a Assembleia Municipal aquando da apresentação do referido Plano e Orçamento. -----*

*----- Ora nada disso acontece nesta revisão. Antes pelo contrário. -----*

*----- Continuamos a assumir e a concretizar todos os projetos com os quais nos comprometemos e não só não nos desviamos um centímetro desse objetivo como caminhamos para a sua completa concretização. -----*

*----- Não podemos ignorar que estamos perante uma revisão em alta de cerca de três milhões de euros” relativamente ao inicial. -----*

*----- É, reconheço, um valor significativo. -----*

*----- Estamos, no entanto, em baixa relativamente à 1.ª Revisão, em 600 mil euros. -----*

*----- Mas “todos reconhecemos que o Plano e Orçamento deve procurar gerir, equilibradamente, um compromisso entre o respeito pelos pressupostos da Lei, do POCAL e da IGF, mas também com os regulamentos do Centro 2020 e do Portugal 2020. -----*

*----- Ora, estas entidades acabam, em boa medida, por defender interesses antagónicos e esta revisão, como outras, resulta do equilíbrio entre as exigências de todas as entidades que superintendem os orçamentos e os seus pressupostos e a capacidade do Município de aproveitar todas as possibilidades que forem disponibilizadas para o nosso desenvolvimento. -----*

*----- Face ao exposto cumpre-me, enquanto Líder de Bancada do” CDS “deixar muito claro que votaremos favoravelmente esta segunda revisão.” -----*

*----- **ANA RITA FERREIRA DE JESUS** – informou que estava presente como Presidente da*



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

Comissão de Acompanhamento Orçamental, com o intuito de dar nota do trabalho que tem sido realizado na referida Comissão, tendo sido distribuído pelos Membros da Assembleia, um singelo relatório que reunia tudo o que tem sido feito. -----

----- Deu nota que têm tentado acompanhar tudo o que sejam as competências da Comissão, ou seja, analisar todos os documentos que sejam analisados em Assembleia, assim como todos os princípios que devem nortear esses mesmos documentos. -----

----- Informou que tinham estipulado um plano de reuniões ordinárias, reunindo de forma extraordinária sempre que seja necessário. Referiu que havia um calendário previamente estabelecido, que se conjuga com os vários momentos da apresentação e discussão dos documentos legais e importantes do Município. -----

----- Deu nota que, de acordo com todos os elementos, foram definidos os documentos e elementos contabilísticos a serem solicitados ao Presidente da Câmara de forma regular, assim como também as metodologias de trabalho e análise que tem sido feita na referida Comissão. -

----- Salientou e agradeceu a forma como os documentos têm sido disponibilizados, sempre que solicitados, atempadamente e com todas as informações não havendo por parte do Executivo algum impedimento ao desempenho normal da Comissão, não querendo relembrar o passado, mas para quem fez parte da Comissão no Executivo, entendia a necessidade de se fazer a referência. -----

----- Informou que no seguimento de uma reunião extraordinária de análise ao relatório do Auditor Externo e à 2ª Revisão às Grandes Opções do Plano e Orçamento, depois de analisados e discutidos os documentos, chegou-se à conclusão que não haveria muito a considerar nem reservas a apontar, tendo sido tecida a conclusão que consta no relatório da Comissão, que passou a ler; -----

----- “A 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano e 2.ª Revisão ao Orçamento está em consonância com o conjunto dos princípios fundamentais do Regime Financeiro das Autarquias





**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

*Locais e das Entidades Intermunicipais, assim como com as regras e imposições legais estabelecidas pelo POCAL e da Inspeção Geral das Finanças.”* -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – deu nota da presença do Presidente da Câmara nos trabalhos, tendo-lhe dado o uso da palavra;

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse discordar do Membro Nuno Barata, porque apesar de este ter mais experiência nas lides políticas e ter capacidade de defender e de acusar, mas andava às voltas e não conseguia fugir do mesmo, tinha prendido uma corda a um poste e andava às voltas do mesmo, tendo provado isso mesmo na intervenção que tinha feito.-----

----- Recordou que, em Assembleia já tinham sido tomadas várias deliberações no sentido da reorganização dos serviços e transformação do Município na área dos Recursos Humanos, em que a questão da limpeza tinha sido uma das alterações do Município.-----

----- Referiu que ao Executivo não era permitido fazer modificações orçamentais, que não estejam, incorporadas na mesma tipologia, ou seja, capital com capital ou orçamental com orçamental. Assim, os custos com o pessoal, era orçamental e os custos com esses serviços faziam parte do Plano de Atividades Municipais e por aí tinha que se fazer o ajustamento, porque recentemente foram colocadas doze pessoas para reforço na área da educação e por esse motivo teve que se fazer a revisão orçamental, aproveitando para fazer outros ajustamentos.---

----- Deu nota que um ajustamento de seiscentos mil euros, num orçamento de dois milhões de euros, não era procura de execução orçamental, porque os compromissos estavam assumidos, as candidaturas estavam feitas, contudo todos sabiam que muitas vezes não dependia do Município que algumas dessas obras não tenham a celeridade que se pretendia.--

----- Confirmou que nos anos anteriores se tenham feito grandes investimentos, estando agora também o presente Executivo a preparar-se para também os fazer.-----

----- Deu nota que a poucas semanas se estaria a discutir o orçamento e lá estariam



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

espelhados os investimentos que o presente Executivo estava a preparar para fazer.-----

----- Solicitou que fizessem as contas à presença no anterior Executivo da “Volta a Portugal em bicicleta”, que eram recebidas no Município, que foram defendidas pela Bancada do PSD, que agora fazem o “pino ao contrário”.-----

----- Recordou que na última Sessão se tinha falado em redução de despesa corrente, em festas, mas se fizerem as contas bem-feitas, vão verificar que o presente Executivo gastava menos em festas, do que o Executivo do PSD gastava. -----

----- Referiu que era necessário fazer uma opção, se se pretende ou não que o Quartel das Artes funcione nos moldes em que está a funcionar, se se pretende ter atratividade no Município, porque não se faziam omeletes sem ovos. -----

----- Afirmou que poderia deixar estar o Orçamento como estava, sem qualquer tipo de receio, porque os compromissos assumidos eram do conhecimento de todos. -----

----- Foi questionado aos Membros da Assembleia se pretendiam fazer uma segunda ronda de intervenções, tendo-lhes sido dado o uso da palavra; -----

----- **ACÁCIO ALMEIDA DE OLIVEIRA** – referiu que em algumas crónicas se tem ouvido que não havia no País, nenhum Presidente da Câmara nem Presidente da Junta que esteja a 100% isento de não ter culpas em algumas questões, disse que eram palavras de críticos da sociedade e que sabiam.-----

----- Alertou que se devia ter cuidado quando se diz que se está em pleno, não nos devemos colocar no pedestal, devendo haver humildade, bom senso, transparência e admissão dos erros, para que todos em conjunto possam dar o seu contributo da melhor forma para que, haja o máximo de transparência e de rigor, não bastando escrever essas palavras. -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – em resposta ao Presidente da Câmara disse que andava à volta, há dois anos à procura da obra do atual Executivo, mas só encontrava festas. -----



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

----- Querendo esclarecer o que tinha dito na sua intervenção e percebendo que um homem nunca era só um homem, era um homem e as suas circunstâncias, recordou que;-----

----- o Membro André Chambel numa Assembleia tinha referido que este tipo de revisões eram meras operações contabilísticas; -----

----- disse ainda, numa outra Assembleia, que a única coisa para que servia a segunda revisão era para fazer aumentar de forma artificial uma taxa de execução, por questões de forma e de aproveitamento das normas do POCAL;-----

----- numa outra Assembleia disse também que estava bastante preocupado com o facto de haver um crescimento na ordem dos quatrocentos e trinta mil euros no Plano de Atividades e que não respeita a investimento, havendo uma diminuição de investimento em dois milhões e setecentos mil euros e que na sua opinião, o Executivo Municipal estava a aumentar a despesa da Autarquia em atividades gerais, de funcionamento normal, portanto aumentar a despesa corrente. -----

----- Disse que iria terminar, com o que tinha sido dito por uma pessoa que, juntamente com o Membro André Chambel mais de uma década de municipalismo que era o Vice-Presidente Jorge Pato que também referiu que;-----

----- nada como uma Revisão em baixa para melhorar a Taxa de Execução, ou seja, com uma habilidade contabilística consegue-se melhorar aquilo que já por si ia ser bastante fraco. --

----- Afirmou que a parte final referida pelo Vice-Presidente era mais relevante, quando o bastante fraco se referia à requalificação de todas as antigas escolas primárias, atualmente ao serviço das Associações, oito polos escolares, a Alameda da Cidade, o Quartel das Artes, o Centro de Saúde de Oliveira do Bairro, a requalificação do Edifício do Tribunal, a requalificação da Casa Verde, Tribunal de Menores, a nova sede da Junta de Freguesia de Oiã, o Auditório de Oiã, o polo de leitura de Oiã, a nova feira de Palhaça, o IEC da Mamarrosa e pasme-se tudo era verdade e ainda tinham conseguido fazer festas, nomeadamente a da “Volta a Portugal em



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

bicicleta”, entre outras como a “Festa da Criança”, o “Viva as Associações” e por isso o Presidente da Câmara tinha razão, porque continuava às voltas há dois anos. -----

----- Afirmou que também deveria ser reconhecido o que tinha sido já conseguido pelo presente Executivo, a abertura da Extensão Frei Gil sendo o único ponto, significativamente estruturante e relevante. -----

----- Disse que iria continuar às voltas à procura da obra relevante e significativa e não via nisso mal nenhum, mas sem corda, porque quem usavam as cordas eram os animais.-----

----- **DIOGO AZENHAS MOTA** – disse ter pena que o Presidente da Câmara não tivesse chegado aos trabalhos mais cedo, porque no ponto anterior os seus esclarecimentos teriam sido uma mais valia, pois tinham ficado aquém do esperado. -----

----- Relativamente ao aumento de três milhões de euros que iria ser feito no Orçamento, disse que o presidente tinha referido que seiscentos mil euros eram para gastos com o pessoal e que num universo de vinte e dois milhões, seria um valor facilmente suportável e que não era expressivo.-----

----- Recordou que na reunião anterior, por duzentos mil euros, numa opção política, já não era um valor tão facilmente suportável num orçamento de vinte e dois milhões de euros, tendo sido um debate muito aguerrido, vendo assim que havia uma visão política que deveria ser muito bem esclarecida. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – disse que gostaria de transmitir ao Membro Acácio Oliveira que aquilo que tinha dito era muito grave, porque tinha colocado a sombra da falta de seriedade sobre todos os autarcas presentes.-----

----- Referiu que iria passar ao segundo ato de “Pela boca morre o peixe”, disse que daquilo que tinha lido no seu discurso tinha sido o discurso do Membro Nuno Barata de 14 de dezembro de 2012, relativamente à segunda revisão do orçamento do segundo mandato do Executivo do Presidente da Câmara Mário João Oliveira. -----



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

----- Acrescentou que havia uma única diferença que era no final do discurso, quando referiu que havia um aumento ao orçamento inicial de três milhões o Membro Nuno Barata dizia que havia uma redução no orçamento de investimento de oito milhões e mesmo assim tinha votado a favor, esperando por isso que, tendo o atual Executivo aumentado três milhões, relativamente ao que tinha sido o orçamento inicial e aumentado as perspetivas de investimento, o Membro Nuno Barata acompanhe a perspetiva do atual Executivo para o desenvolvimento para o Concelho e que vote a favor. -----

----- Referiu ainda que os investimentos enunciados pelo Membro Nuno Barata feitos pelo Executivo do PSD, criaram aumento da despesa corrente, situação que o CDS foi sempre alertando, nomeadamente quanto aos polos escolares e esse aumento de despesa corrente para o futuro, nunca tinha sido assumido pelo Presidente da Câmara Mário João Oliveira, mas que atualmente o PSD e o UPOB criticam o aumento da despesa corrente necessário para a manutenção das infraestruturas criadas pelo PSD.-----

----- Afirmou que para além dos seiscentos mil euros de aumento em despesa corrente, estavam também a aumentar dois milhões e quatrocentos mil euros em investimentos e por isso esperava que o Membro Nuno Barata fosse coerente relativamente à sua votação de há sete anos.-----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões suscitadas;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – disse ter ficado estupefacto, quando alguém que teve a sua vida profissional nas finanças, como o Membro Acácio Oliveira, vem fazer uma afirmação do género da que fez, perante uma Assembleia Municipal. -----

----- Questionou os Presidentes de Junta de Freguesia se se reviam nas palavras proferidas pelo Membro Acácio Oliveira, porque como Presidente da Câmara não se revia nessas



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

afirmações e gostava que as afirmações feitas fossem concretizadas, porque se pairava alguma desconfiança sobre si, pretendia que essa desconfiança fosse referida perante a Assembleia e se não houver nenhuma desconfiança o Membro Acácio Oliveira devia um pedido de desculpas.

----- Dirigindo-se ao Membro Diogo Mota referiu que o mesmo não misturasse as coisas, porque os seiscentos mil euros eram de redução no orçamento e não com despesa no pessoal e também o que tinha sido discutido na última reunião, com o que estava a ser discutido agora.

----- Relativamente à intervenção do Membro Nuno Barata disse que tinha acompanhado os doze anos de mandato do PSD e no ano de 2009 foi realizada uma venda extraordinária que tinha alavancado todos os investimentos referidos, contudo agora tinha que se aguentar e manter os investimentos então realizados. -----

----- Foi solicitado o uso da palavra por alguns Membros para esclarecimentos; -----

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** - disse que pretendia intervir em defesa da sua honra e nesse sentido, quando se quer levar as coisas para determinado sentido assim é feito e faz-se das palavras aquilo que bem entendem. -----

----- Esclareceu que as suas palavras tinham sido no sentido do que se tinha verificado na análise do relatório do Auditor Externo, em que havia valores que não conferiam e deveriam conferir e isso tinha-lhe dado autoridade para proferir as palavras que proferiu, contudo se levaram as suas palavras para outro âmbito, pediu desculpa por isso não tendo sido essa a sua intenção. -----

----- Afirmou que a sua intenção tinha sido no sentido do rigor que se deve colocar num documento, que se verificou não ter vindo correto. -----

----- Relativamente ao que tinha sido dito sobre as festas em que uns gastaram mais que outros, questionou se o Presidente da Câmara quando iniciou o seu mandato, não deveria ter pedido uma inspeção da DGAL de forma a verificar se estava tudo correto e esclarecido. -----

----- **CARLOS MANUEL FERREIRA FERREIRA** – dirigindo-se ao Membro André Chambel



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

e à comparação das intervenções do Membro Nuno Barata esclareceu que, na altura quando se tinha aumentado a despesa, tinha-se subjacente a introdução do saldo de gerência e o aumento da receita corrente, e a questão atual era a redução de um milhão de euros no PPI tendo aumentado as despesas correntes e a contrapartida era a descida da receita nos seiscentos mil euros de capital e assim claramente se estava a reduzir a capacidade de investimento. Afirmou que, sempre que o PSD aumentou a despesa corrente, aumentava também a receita, através do saldo de gerência ou do incremento que vinha da cobrança dos impostos. -----

----- Disse que já tinha feito parte do Executivo Municipal e também da Assembleia Municipal e esta tinha sido a primeira vez que tinha acontecido o aumento da despesa corrente ter como contrapartida a redução da capacidade de investimento da Autarquia. -----

----- **NUNO RICARDO VELOSO DAS NEVES COSTA BARATA** – dirigindo-se ao Membro André Chambel, disse que bem que lhe tinha parecido que a intervenção realizada por este era de extrema qualidade e que na altura votou a favor e votaria novamente, pelos motivos referidos na sua segunda intervenção. -----

----- Deu conhecimento que a posição de voto da Bancada que liderava era de abstenção em relação presente ponto. -----

----- Dirigindo-se ao Presidente da Câmara, disse que não poderia exigir pedidos de desculpa a ninguém da presente Assembleia, porque a expressão “*preso a uma corda e andar às voltas*”, lá porque não se tinha exaltado o Presidente da Câmara não pensasse que não tinha percebido o alcance da frase e a mesma não tinha nada de literário nem de literatura, não teve piada nem elegante e nem sequer foi educada. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – solicitou a todos os presentes que tivessem contenção na linguagem e nas figuras retóricas utilizadas. -----

----- Deu de seguida o uso da palavra ao Presidente da Câmara, para prestar



Oliveira do Bairro assembleia municipal

esclarecimentos; -----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – dirigindo-se ao Membro Acácio Oliveira disse que poderia ter logo feito a sua intervenção referindo-se concretamente ao que pretendia, e não colocando em causa os seus princípios. -----

----- Reportando-se à intervenção do Membro Carlos Ferreira disse que estava tudo um pouco confundido, porque o que o Membro André Chambel tinha falado numa redução de oito milhões de euros no investimento e se o Membro Carlos Ferreira disse que também ajustava esse valor na receita, porque estava à espera de saldo de gerência, não tinha sido isso que tinha sido referido. -----

----- Referiu que não poderia estar na expectativa do saldo de gerência, nem de impostos existindo um plano para isso. -----

----- Terminada a discussão do ponto foi colocado o mesmo à votação. -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto da Ordem de Trabalhos **4.7 - Apreciação e Votação da 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano / 2.ª Revisão ao Orçamento 2019, foi Aprovado por Maioria, com 12 Votos a Favor e 12 Abstenções.** -----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **4.8 - Apreciação e Votação de Proposta de adesão do Município de Oliveira do Bairro à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais.** -----

----- Foi questionado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir no presente ponto da Ordem de Trabalhos, que efetuassem a sua inscrição; -----

----- **ARMANDO HUMBERTO MOREIRA NOLASCO PINTO** – referiu que a UPOB via com bons olhos que a Assembleia Municipal aderisse à Associação Nacional das Assembleias Municipais até porque entendiam que o papel das Assembleias Municipais tinha que ser





**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

profundamente revisto naquilo que era o novo enquadramento do poder local. -----

----- Recordou que o poder local após o 25 de Abril, no caso do Município de Oliveira do Bairro a capacidade de intervenção que a Câmara Municipal tinha na vida do Concelho era muito reduzida, quer do ponto de vista de dotação orçamental, quer do ponto de vista de competências, algo muito diferente da atualidade. -----

----- No que diz respeito ao funcionamento da Assembleia Municipal disse que não tinha mudado assim tanto, se calhar na forma tinha mudado alguma coisa, mas na substância não mudou quase nada e aquilo que era o papel das Assembleias Municipais, nomeadamente o papel de fiscalização. -----

----- Relativamente à fiscalização formal e à fiscalização da equidade, a forma como eram geridos os investimentos nas várias Freguesias era a essência da Assembleia Municipal, e atualmente continuava a ter esse papel. -----

----- Referiu que atualmente recaia sobre todos os Membros um conjunto de responsabilidades civis que no seu entendimento, em muitos aspetos eram exageradas, porque do ponto de visto formal, os Membros da Assembleia não deveriam ter a obrigação de conhecer todas as leis. -----

----- Afirmou que o papel das Assembleias Municipais deveria ser muito alterado e todos sabiam que ao nível da Associação Nacional dos Municípios Portugueses iria ser difícil alterar esse papel, porque a Associação tinha tendencialmente secundarizado o papel das Assembleias Municipais, fazendo por isso todo o sentido que as Assembleias Municipais passassem a ter esse papel para que de alguma forma possam capacitar as próprias e os seus Membros para desempenharem melhor o papel de fiscalização formal e fiscalização de equidade. -----

----- Disse que um dos focos principais da Assembleia Municipal deveria ser pensar como é que o Concelho deveria estar daqui a trinta anos e essa visão estratégica deveria ser um dos focos essenciais em que a Assembleia Municipal se deveria preocupar, porque os Concelhos



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

atualmente tinham capacidade de colocar políticas municipais que levavam a sítios muito diferentes. -----

----- Referiu que no Concelho de Oliveira do Bairro a política estratégica estava virada para a vertente das festas, que na sua opinião não tinha mal nenhum era uma estratégia, desde que as mesmas tenham um propósito, podendo atrair turismo para o Concelho, assim como o investimento que também deve ser estratégico.-----

----- Recordou que na presente reunião se tinha falado muito nos investimentos que uns e outros fizeram ou não, contudo na sua perspetiva o investimento tinha duas dimensões, que era a dimensão do investimento público e a dimensão do investimento privado e era importante perceber que se o investimento público fosse um investimento que só ia aumentar a despesa corrente, poderia não ser assim tão útil, mas se for um investimento no sentido de catapultar o investimento privado também era importante e no Concelho de Oliveira do Bairro, não se via empresas a crescerem, nem famílias a investirem na construção das suas habitações, e nos Concelhos vizinhos a realidade era outra.-----

----- Afirmou que essa visão estratégica devia ser trazida para as Assembleias Municipais e por isso achava que a participação na ANAM poderia ajudar a presente Assembleia a evoluir, sendo algo que deveria acontecer no poder local e também devido a todo o processo de transferência de competências, havia um conjunto de competências acrescidas que exigiam outro tipo de Assembleias Municipais. -----

----- **ANDRÉ DE CAMPOS SILVESTRE FEVEREIRO CHAMBEL** – disse que a adesão da Assembleia Municipal na ANAM iria permitir ter conhecimentos da experiência de outras Assembleias, mas também iria permitir ensinar muito a outras Assembleias Municipais, porque da experiência que teve durante dois anos a dar formação autárquica por todo o País, pode verificar que a Assembleia Municipal de Oliveira do Bairro tinha muito a ensinar a outras Assembleias Municipais. -----



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

----- Referiu que o facto de a Comissão Permanente funcionar como um órgão colegial de aconselhamento ao Presidente da Mesa que permitia muitas das vezes sanar complicações de agenda e até potenciar o agendamento de assuntos pertinentes ao Concelho, o funcionamento da Comissão de Acompanhamento Orçamental a possibilidade de criação de outras Comissões que se vejam pertinentes. Acrescentou também a forma como se organizavam entre Bancadas, sem pensarem na politiquice, mas na forma como os assuntos que realmente interessavam ao Municípios fossem discutidos na altura certa. -----

----- Referiu ainda que a participação na ANAM poderia permitir que se fizesse parte de um corpo que poderia influenciar a ANMP, e o que tem verificado é que o legislador ao longo dos anos tem dado mais poder às Assembleias Municipais e com a transferência de competências, iria permitir às Assembleias Municipais para além da fiscalização da forma como essas competências iam sendo implementadas pelos serviços da Câmara, também permitia dar algumas linhas orientadoras relativamente aquilo que devem ser as opções. -----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – recordou que em Sessão anterior tinha sido aprovado por unanimidade a proposta de recomendação ao Executivo Municipal de adesão do Município à ANAM, a qual foi prontamente acolhida pelo Presidente da Câmara e a levou ao órgão Executivo que também a aprovou estando agora a ser deliberada no presente órgão. -----

----- Referiu que era importante, cada vez mais estarem capacitados não só por competências do voto livre do povo, mas também por competências técnicas capazes de corresponderem o melhor possível aquilo que serão os novos tempos que aí vinham e também de um futuro de proximidade e de longo prazo. -----

----- Agradeceu em nome da Assembleia ao Executivo Municipal por terem acolhido mais este passo de consistência, para que possam ser mais resilientes e mais capazes de livrar e de fiscalizar aquilo que era a ação do Executivo de uma forma construtiva, para que se construa um Concelho mais capaz, mais vivo e de todos. -----



Oliveira do Bairro assembleia municipal

----- Terminada a discussão do ponto foi colocado o mesmo à votação. -----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto da Ordem de Trabalhos **4.8 - Apreciação e Votação de Proposta de adesão do Município de Oliveira do Bairro à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais, foi Aprovado por Unanimidade, com 24 Votos a Favor.**-----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Em seguida deu-se início ao ponto seguinte da Ordem de Trabalhos **4.9 - Apreciação e Votação do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança**, tendo dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que apresentasse o ponto;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – informou que em março do presente ano a Tutela tinha feito sair alguma regulamentação sobre os Conselhos Municipais de Segurança, tendo sido dada uma nova roupagem e importância, criando também algumas regras de forma a que todos os Municípios trabalhassem da mesma forma.---

----- Deu nota que o Município de Oliveira do Bairro o Conselho Municipal de Segurança tinha tomado posse dos dois órgãos que o compõem o Conselho Municipal de Segurança Restrito composto por quatro elementos e o Conselho Municipal de Segurança Alargado. -----

----- Referiu que tinha sido votado no Conselho Municipal de Segurança Alargado a aprovação de um Regulamento para o seu funcionamento e desse Regulamento no seu capítulo II vinha elencada a composição do Conselho Alargado. -----

----- Referiu que só após a aprovação neste órgão do referido Regulamento os elementos do Conselho Municipal de Segurança Alargado poderão tomar posse.-----

----- Recordou que tinha sido aprovado neste órgão nomes de pessoas de reconhecido mérito municipal para integrarem o Conselho Municipal e Segurança e isso tinha sido alterado através da nova regulamentação, assim como os representantes das IPSS que faziam parte desse Conselho e agora já não fazem. Deu nota também da entrada de técnicos no referido



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

Conselho de forma a que a discussão dos assuntos não fosse meramente política.-----

----- Foi questionado aos Membros da Assembleia que pretendessem intervir no presente ponto que efetuassem a sua inscrição; -----

----- **ACÁCIO DE ALMEIDA OLIVEIRA** – disse que passados dez anos voltavam a rever e a atualizar um Regulamento de tanta importância, que visava promover a articulação e o intercâmbio de informação e a cooperação entre todas as entidades que na área do Município tinham intervenção.-----

----- Fez referência à Lei 50/2018 que estabelecia o quadro de transferências de competências para as Autarquias locais e somente agora vinha à Assembleia Municipal a presente proposta de projeto de Regulamento, questionando quais eram as razões que justificavam o atraso de só agora vir a este órgão. -----

----- Questionou porque é que no último parágrafo da página dez, não estavam mencionadas datas e era referido que após a apreciação da proposta da Câmara Municipal, contudo quem tinha que apreciar e votar era a Assembleia Municipal e não a Câmara Municipal. -----

----- Sugeriu que no artigo 2.º Objetivos poderia ser incluído o problema da falta de rotundas na EM 235.-----

----- Relativamente ao artigo 4.º disse que deveriam ser mencionados os três Presidentes de Junta e o Presidente de Junta da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa em separado. Ainda no artigo 4.º alínea h), questionou quem era os responsáveis pelos serviços municipais de Proteção Civil e que com responsabilidades ficava o Comandante da Associação de Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro. -----

----- Disse que era entendimento que na composição do Conselho deveriam constar o Diretor do Centro de Saúde, um representante do Centro Regional da Segurança Social de Aveiro, um representante do Conselho Municipal de Educação e um Representante do Conselho Municipal de Juventude. -----



**Oliveira do Bairro** assembleia municipal

----- No artigo 5.º no seu n.º 3 sugeriu a seguinte redação “Os pareceres referidos no n.º 2, são aprovados pelo Conselho e enviados à Assembleia Municipal e à Câmara Municipal para apreciação e às autoridades de segurança com competência no território municipal para conhecimento”. -----

----- No artigo 8.º no seu n.º 3 questionou se os Membros do Conselho tomavam posse, perante a Câmara Municipal ou perante a Assembleia Municipal.-----

----- Disse que depois de uma pesquisa que realizou à página da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, disse que não tinha encontrado o Código de Conduta e Ética da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, que achava ser de extrema importância e se efetivamente o mesmo não existir, a Bancada do UPOB recomendava vivamente que o mesmo fosse elaborado e entrasse em vigor no ano de 2020.-----

----- Foi dado o uso da palavra ao Presidente da Câmara para que respondesse às questões suscitadas;-----

----- Presidente da Câmara Municipal **DUARTE DOS SANTOS ALMEIDA NOVO** – referiu que se tratava de um Regulamento técnico e que decorria da Lei e apenas se tinham cingido ao que estava estipulado na Lei.-----

----- Deu nota que convocar os elementos para tomarem posse, não tem sido fácil sendo que o Conselho Municipal de Segurança Restrito ainda não tomou posse pelas dificuldades que têm existido para que os elementos estejam presentes e era uma situação que decorria desde o mês de junho.-----

----- Informou que os elementos tomavam posse perante a Câmara Municipal, no seguimento do que tinha sido proferido pelos serviços jurídicos.-----

----- Referiu que assuntos como a EM 235 assim como assuntos relacionados com o trânsito, fazia toda a questão que fossem analisados no Conselho Municipal de Segurança.-----

----- Esclareceu que os Presidentes da Junta eram quatro, não havendo diferença entre a



Oliveira do Bairro assembleia municipal

Junta de Freguesia da União de Freguesias de Bustos, Troviscal e Mamarrosa e as outras três Juntas de Freguesia de Oliveira do Bairro, Oiã e Palhaça.-----

----- Relativamente à questão levantada das datas, esclareceu que tinha a ver com a data da aprovação e da entrada em vigor, que poderia não ser na presente data e aí se ter deixado as datas em branco.-----

----- Terminada a discussão do ponto foi colocado o mesmo à votação.-----

----- Efetuada a votação, verificou-se que o ponto da Ordem de Trabalhos **4.9 - Apreciação e Votação do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança, foi Aprovado por Unanimidade, com 24 Votos a Favor.**-----

----- Foi assim concluído o ponto da Ordem de Trabalhos.-----

----- Presidente da Mesa da Assembleia Municipal **FRANCISCO DE OLIVEIRA MARTINS** – referiu que tendo em atenção que se deveria dar seguimento aos assuntos constantes da presente Ordem de Trabalhos, questionou os Membros, se tinham alguma oposição a que se aprovasse o teor das respetivas deliberações em minuta.-----

----- Não havendo nenhum Membro da Assembleia Municipal que se opusesse, consideraram-se aprovadas em Minuta as deliberações tomadas relativamente aos assuntos constantes da Ordem de Trabalhos da presente reunião da Sessão da Assembleia Municipal, 4.7 - Apreciação e Votação da 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano / 2.ª Revisão ao Orçamento 2019; 4.8 - Apreciação e Votação de Proposta de adesão do Município de Oliveira do Bairro à ANAM – Associação Nacional de Assembleias Municipais e 4.9 - Apreciação e Votação do Projeto de Regulamento do Conselho Municipal de Segurança.-----

----- Posto isto, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, deu por encerrada a presente Sessão da Assembleia Municipal, sendo lavrada a presente Ata, que vai ser assinada pelo Presidente, respetivos Secretários e outros Membros da Assembleia que o desejem fazer.